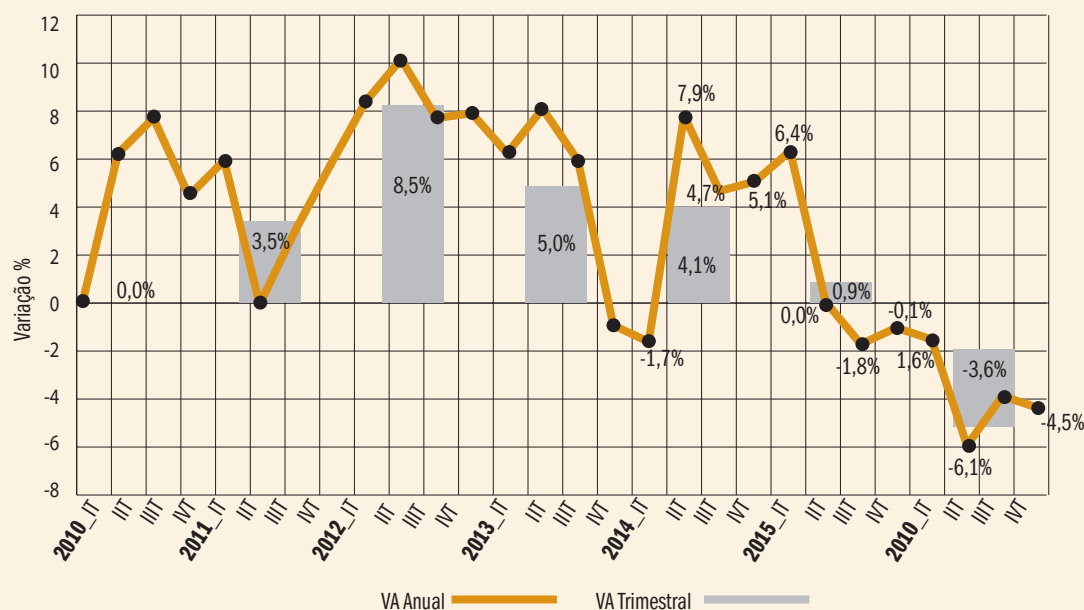


1 de Maio 2017
Segunda-Feira
Semanário - Ano 2
Nº 57 / kz 400
Director-Geral
Evaristo Mulaza

NOVAS REVELAÇÕES AO VALOR

Ministro Job Graça quer auditar Contas Nacionais do INE

EXCLUSIVO. Revelações adicionais ao exclusivo da semana passada do VE, sobre o impedimento da divulgação das Contas Nacionais, apontam que o ministro do Planeamento equaciona mandar auditar os dados do INE. Possibilidade é criticada por técnicos de estatística que a consideram um atropelo, face à independência do INE, definida por lei. Pág. 5



FERNANDO HERMES

“Nenhum contabilista virá a Angola trabalhar sem a nossa certificação”

Vice-presidente da Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola promete, em entrevista ao VE, marcação cerrada a todos os profissionais do sector que actuam fora da lei, fiscalização que deverá abranger os profissionais estrangeiros que operam no país, de forma individual. Págs. 12 a 15

DISTRIBUIÇÃO DE DIVISA EM CAUSA

Teles critica leilões do BNA

Presidente de um dos principais bancos privados do país, Fernando Teles diz-se “não satisfeito” pela prática do BNA que, ao determinar os clientes que têm direito e os que não têm direito a divisas, retira todo o “espaço de manobra” à banca. Pág. 17

BANCO ENTROU EM “INCUMPRIMENTO GRAVE” DE RÁCIOS

BANC abre 49% do capital a novos investidores

Decisão dos accionistas e da gestão da instituição controlada por Kundy Paihama terá sido motivada pelos ‘apertos’ do Banco Nacional de Angola, face à deterioração dos rácios regulamentares do banco. Pág. 16



Moedas AKZ USD 166,7 kz (+0) ▲ EUR 181 kz (+3,06) ▲ LIBRA 213,84 kz (+2,58) ▲ YUAN 24,2 kz (+0) ▲ RAND 12,66 kz (+0,18) ▲



DIGITOS & NÚMEROS

Contabilidade & Consultoria Fiscal

Tel: +244 945 766 958 e-mail: digitos.numeros@gmail.com

Descarregue a App

Visite o website: www.valoreconomico.co.ao



CONTAS OCULTAS II

Mais uma edição com destaques absolutos para o alegado diferecendo que opõe o Instituto Nacional de Estatística (INE), ao departamento ministerial que o tutela, no caso, o Ministério do Planeamento e do Desenvolvimento Territorial (MPDT). Os novos dados que trazemos à estampa apontam que o ministro Job Graça decidiu pela realização de uma auditoria às Contas do INE. A possibilidade de efectivação dessa medida é contestada, entretanto, por especialistas ligados à área das estatísticas que temem um atropelo gritante à Lei, face à autonomia técnica que é salvaguardada ao órgão dirigido por Camilo Ceita.

Mas, olhando para os factos que o VALOR já colocou

sob o domínio público em relação a essa matéria, é fácil admitir que os alegados receios do MPDT sobre a fiabilidade das Contas não passam de uma 'manobra de diversão' para protelar ao máximo a divulgação oficial da fotografia macroeconómica completa do ano passado. O problema é que, uma vez divulgados os números e as razões de fundo da divergência, pela comunicação social, o MPDT coloca os pés pelas mãos e aquilo que possivelmente mais receava – o aproveitamento político dos dados – torna-se mais do que provável. Os números, afinal, mais do que 'ajudam'. O produto interno bruto (PIB) de 2016, cuja previsão de crescimento do Governo era de 1,1%, depois de recuar dos 3,3% iniciais, nas contas do INE, registou uma queda de 3,6%. Ainda que se trate de dados preliminares, não dei-

xa de ser uma diferença de tal modo significativa, ao ponto de justificar o tal medo atribuído a Job Graça. Afinal, nesta fase, todo o Governo vive, em certa medida, assombrado pelo medo das eleições. As hesitações que se colocam na gestão da política monetária e cambial são também prova disso. Não fosse o contexto político, era mais do que provável que o Governo tivesse esticado um pouco mais a corda em relação à desvalorização do kwanza. As certezas associadas à derrocada dos rendimentos, sobretudo das famílias, são inquestionáveis, mas não é menos verdade que a manutenção do valor administrativo do kwanza está também a colocar em causa as parcas reservas internacionais líquidas que são fundamentais nesta fase crítica que demanda pela diversificação da economia. Ora, sem divisas para apoiar verdadeiramente os investidores, na nossa condição de importadores absolutos, torna-se impossível impulsionar o investimento privado, logo a diversificação, nos termos em que é desejada, passa a ser uma miragem. De qualquer forma, José Eduardo dos Santos e Archer Manguerra deixaram claro que, por agora, o medo da inflação é maior que tudo o resto, por isso nada de mexer no valor do kwanza. Há mesmo muitos medos espalhados.... pelas eleições.



FICHA TÉCNICA

Director-Geral:

Evaristo Mulaza

Directora-Geral Adjunta:

Geralda Embaló

Editor Executivo: António Nogueira

Editor gráfico: Pedro de Oliveira

Redacção: António Miguel, Isabel Dinis, José Zangui, Nelson Rodrigues e Valdimiro Dias

Fotografia: Manuel Tomás, Mário Mujetes e Santos Samuesseca

Secretária de redacção: Rosa Ngola

Paginação: Francisco de Oliveira, João Vumbi e Edvandro Malungo

Revisores: Edno Pimentel, Evaristo Mulaza e Geralda Embaló

Colaboradores: Cândido Mendes, Mateus da Graça Filho

Produção gráfica: Notiforma SA

Propriedade e Distribuição: GEM Angola Global Media, Lda

Tiragem: 4.000 **Nº de Registo do MCS:** 765/B/15

GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA Administração:

Geralda Embaló e Evaristo Mulaza

Assistente da Administração: Mariquinha Rego

Departamento Administrativo: Jessy Ferrão e Nelson Manuel

Departamento Comercial: Arieth Lopes, Geovana Fernandes
comercial@gem.co.ao, **Tel.:** +244941784790-(1)-(2)

Nº de Contribuinte: 5401180721;

Nº de registo estatístico: 92/82 de 18/10/82

Endereço: Rua Fernão Mendes Pinto, nº 35, Alvalade, Luanda/Angola, Telefones: +244 222 320510, 222 320511 Fax: 222 320514

E-mail: administracao@gem.co.ao

A semana

3 PERGUNTAS A...



Milton Reis

Dir. Ministério do Planeamento

Que comentário faz sobre o relatório sobre o Índice de Desenvolvimento Humano 2016 em relação a Angola?

O Governo se revê nas preocupações levantadas no relatório. É necessário, revermos algumas políticas públicas e o PND 2013-2017 constitui instrumento de avaliação.

Todos os anos são anunciados projectos em execução. São devidamente monitorizados?

Talvez não como deveria ser, mas a sociedade civil também pode fazer motorização das políticas públicas. A academia pode sugerir melhores formas de execução e avaliação dos projectos públicos.

Algumas das metas do PND 2013-2017 foram alcançadas, outras ficaram longe disso. O que terá faltado?

Há coisas que devem ser revistas. O Governo já trabalha no Plano de Desenvolvimento para 2018-2022, além de que está a efectuar a revisão e a extensão do seu amplo Plano Estratégico 2020-2025, para estendê-lo até 2050. Nesta missão, contamos com o apoio técnico do PNUD e a meta é melhorar cada vez mais o Índice de Desenvolvimento Humano.

25
TERÇA-FEIRA
O governo da Lunda-Sul pretende fortalecer a diversificação das economias locais, através do aproveitamento e exploração dos recursos naturais nos quatro municípios, nomeadamente Cacolo, Dala, Muconda e Saurimo, afirmou a governadora provincial, Cândida Narciso.

26
QUARTA-FEIRA
A produção de cereais, como milho, arroz, trigo, massango e massambala, no Bié, registou nos últimos cinco anos, um aumento significativo, passando de 149,6 mil para 644 mil toneladas, declarou o director da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas do Bié, Marcolino Rocha Sandemba.

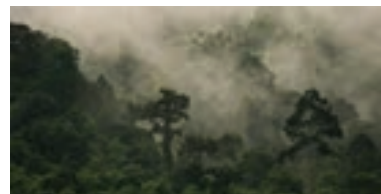
27
QUINTA-FEIRA
O ministro da Saúde, Luís Gomes Sambo, admitiu, na Huíla, a possibilidade de conferir ao depósito de medicamentos, um carácter de âmbito regional, atendendo as dimensões, devendo servir o Namibe, Cunene e Kuando-Kubango, tão logo entre em operação.



SEGUNDA-FEIRA

O Banco Nacional de Angola anunciou, em comunicado, a colocação no mercado, no período entre 17 e 21 deste mês, de divisas no valor de 142,4 milhões de euros (equivalente a 159,1 milhões de dólares), para dar cobertura às várias operações com destaque para 47,4 milhões de euros que serviram para a cobertura de operações de diversos sectores não especificados.

28
SEXTA-FEIRA
Um estudo sobre os impactos das alterações climáticas das províncias do Kwanza Sul, Cunene e Huíla, visando a implementação de planos de redução de riscos de desastre, foi apresentado pelo Conselho das Igrejas Cristãs de Angola (CICA).



29
SÁBADO
Pelo menos, 60 pessoas das comunidades San (Khoisan), que vivem na área favorável para a exploração do mel, em Menongue, no Kuando-Kubango, vão beneficiar, a partir de Junho deste ano, de um projecto de exploração de mel, avaliado em 100 mil dólares.



30
DOMINGO
Um centro de conservação e transformação de alimentos deverá ser inaugurado em Junho deste ano em Moçâmedes, Namibe, num financiamento do governo do Japão, captado pelo Fundo das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO).



COTAÇÕES



PIB EM BAIXA, MERCADOS EM BAIXA

O S&P americano e o Dow Jones fecharam em baixa desencorajados pelos dados económicos do primeiro trimestre e pelos receios em torno da aprovação do congresso do financiamento do governo Trump, orçamentado em mil milhões de dólares. O Nasdaq, índice das tecnológicas foi a excepção, tendo mesmo esta semana registado máximos históricos. PIB fraco nos EUA e em França, inflação mais elevada e receios sobre o conflito com a Coreia do Norte também ensombraram as praças europeias.



Café Contrato C	133,27	+3,70	+2,86%
Cacau NY	1.833,00	-37,50	-2,00%
Milho	306,75	-1,65	-0,45%
Petróleo WTI	49,10	+0,13	+0,27%
Petróleo Brent	51,79	-0,03	-0,06%
Ouro	1.269,18	+3,28	+0,26%
Prata	17,268	-0,006	-0,38%
Alumínio	1.915,00	-10,00	-0,52%

PSI20 ACOMPANHA TENDÊNCIA E PETRÓLEO ANIMA

Reflectindo a tendência europeia, o PSI 20 fechou a última sessão da semana em ligeira queda (0,16%), com a maioria dos pesos pesados, como a Sonae, Jerónimo Martins, CTT e EDP em terreno negativo. As perdas foram mitigadas pelos ganhos do Millenium BCP (de 1,69%). O petróleo valorizou esta semana depois da confirmação por parte da Rússia de cumprimento dos cortes de produção acordados com a OPEP. O Brent no entanto fechou no vermelho a corrigir 0,1% para os 51,81 dólares.

Economia/Política

Francisco Queiroz,
ministro da Geologia
e Minas



PERSPECTIVAS 2017

Receita diamantífera cai 9% este ano

INDÚSTRIA EXTRACTIVA. Resultados previstos deverão ser fortemente influenciados pela queda de 4,8% na produção industrial de diamantes, principal componente das receitas geradas no sector.

Por Daniel Miguel

O total das receitas provenientes da produção nacional de diamantes deverá reduzir, este ano 9% para 980,4 milhões de dólares, contra os 1.079 milhões registados no ano passado, revela o relatório de balanço do Ministério da Geologia e Minas, de 2016, a que o VALOR teve acesso.

O documento, apresentado aos membros do VI conselho consultivo da instituição, realizado na semana passada, em Luanda, indica que os resultados previstos deverão ser fortemente influenciados pela queda de 4,8% na produção industrial de diamantes – principal fonte das receitas geradas no sector – que este ano deverá atingir a cifra de 8,2 milhões de quilates, face aos 8,6 milhões produzidos no ano passado.

Em face deste quadro, o volume de receitas estimadas com a produção industrial deverá reduzir 5% para 942,7 milhões de dólares, quando, em 2016, essa cifra estava na ordem dos 994,5 milhões de dólares.

A estes números, acrescentam-se os relacionados com a produção artesanal de diamantes que, no total, deve registar uma redução de 63% para 132,3 mil quilates contra

os 358,8 mil de 2016. Como consequência, a receita captada neste segmento deve recuar para os 37,7 milhões de dólares, face aos pouco mais de 84,8 milhões do ano passado.

No geral, a produção diamantífera prevista para 2017 deverá verificar uma queda na ordem dos 7% para 8,3 milhões de quilates contra os nove milhões verificados em 2016.

RECEITAS FISCAIS

As receitas fiscais geradas pelo sector mineiro, no exercício económico de 2016, fixaram-se, no total, em 35,4 mil milhões de kwanzas, com o subsector dos diamantes a destacar-se, ao contribuir com cerca de 35 mil milhões de kwanzas, indica ainda o relatório.

Do total das receitas fiscais, 105 milhões de kwanzas resultaram das taxas de superfície e outros emolumentos, tendo o subsector do ferro arrecadado 44,9 milhões, seguido das rochas ornamentais com 16 milhões de kwanzas.

O quadro é completado pelo subsector dos materiais de construção civil e minerais industriais que geraram receitas fiscais na ordem dos 17,5 milhões de kwanzas e pelo Imposto de Rendimento de Trabalho (IRT) e Segurança Social com 42 milhões de kwanzas.

O relatório avança ainda que estão em curso os projectos do sector de metais preciosos como o “ouro”, nas localidades de Mpopo,

4,8

Por cento é o quanto se prevê que diminua a produção industrial de diamantes, principal componente das receitas geradas no sector.

35,4

Mil milhões de kwanzas correspondem às receitas fiscais geradas pelo sector mineiro em 2016.

em Cabinda, Chipindo (Huila) e exploração de Nióbio, todos avaliados em 78,38 milhões de dólares, prevendo-se que venham a entrar em produção em 2017, 2018 e 2020, respectivamente, sendo que as obras de instalação deverão arrançar ainda este ano.

Segundo o documento, o sector dos agrominerais registou, entre 2009 e 2016, investimentos calculados em 114,4 milhões de dólares para o projecto “Cacata”, localizado em Cabinda, com o arranque previsto para 2018 e 250 milhões para “Lucunga”, na província do Zaire, podendo iniciar a produção em 2018.

Por outro lado, revela ainda o relatório, os minerais metálicos registaram, no mesmo período, investimentos na ordem dos 475 milhões de dólares, dos quais 65 milhões destinados à exploração de cobre no projecto “Mavoio Tetelo”, na região do Maquela do Zombo, província do Uige, com produção prevista para 2020.

Estão ainda alocados 290 milhões de dólares para a produção de carvão vegetal em 76 fornos localizados no Cutato, no Bié e Cuchino, no Kuando-Kubango, bem como 290 milhões dedicados a exploração do ferro na Cerca, com início previsto para em 2019.

Foi igualmente elaborado um programa que prevê o aumento da produção e promoção das exportações de rochas ornamentais, bem como a extensão da mineralização de cobre e

ouro na zona de Cassenha, avaliado em 5,478 milhões de dólares.

ESTUDOS AEROGEOFÍSICOS EM 97%

No que se refere à implementação do Plano Nacional de Geologia (PLANAGEO), o relatório salienta que, a nível do subprograma de levantamentos aerogeofísico, foi percorrido um total de 1.402.025 quilómetros de linha, contra os 1.445.299,6 quilómetros estimados, correspondendo a 97% do total de levantamentos. Destes, já estão interpretados 19 dos 22 blocos previstos, o que corresponde a 86% do total.

Durante o certame, foram igualmente apresentadas propostas e soluções que visam contornar os actuais desafios económicos, bem como perspectivas para o próximo quinquénio, com base nos indicadores disponíveis no PLANAGEO.

Francisco Queiroz, ministro da Geologia e Minas, garantiu estar inscrito e aprovado para 2017 um total de 23 novos projectos. Destes, cinco deverão estar direccionados para o sector diamantífero, quatro para o ouro, dois para o ferro, igual número para o fosfato, um de cobre e nove para rochas ornamentais.

A implementação desses projectos, segundo Queiroz, “constitui uma contribuição do sector mineiro para a saída da crise actual”, através da diversificação das fontes de receitas fiscais, além de aumentar os recursos cambiais do país.

MEMORIZE

- Relatório de balanço do Ministério da Geologia e Minas indica que, entre 2009 e 2016, o sector agromineral investiu 114,4 milhões de dólares, para o projecto Cacata, em Cabinda.

ECONOMIA/POLÍTICA

TRABALHADORES PERDERAM PODER DE COMPRA EM 40%

Salário mínimo cobre apenas quatro dos 13 produtos da cesta básica

FUNÇÃO PÚBLICA. Sindicalistas defendem, na generalidade, que ajustes salariais devem levar em conta a perda do poder de compra acumulada e não a taxa de inflação futura. Nos últimos dois anos, salários desvalorizaram em média 40%.

Por José Zangui

O anúncio do Ministério das Finanças de aumento gradual dos salários da função pública, em até 13% para os mais baixos e 5% para os de maior remuneração, ainda este semestre, está a ser contestado pelos sindicatos, que o consideram “insignificante”, face à actual situação económica, marcada pela perda do poder de compra dos trabalhadores.

Segundo cálculos da Central Geral de Sindicatos Independentes e Livres de Angola (CGSILA), o salário mínimo nacional, considerando que o mais elevado corresponde a 22.504,50 kwanzas, cobre apenas quatro dos 13 produtos da cesta básica.

A central sindical anunciou, por isso, que vai contestar as percentagens de ajuste anunciadas pelo Governo, tendo em conta o histórico de inflação dos últimos dois anos (ver gráfico). “É insignificante”, declara David Miqueno, secretário-geral adjunto da organização, referindo-se ao previsível aumento de 13%. Lembrando que, nos últimos dois anos, os trabalhadores perderam o poder de compra em 40%, Miqueno calcula que quem “quem ganha actualmente 20 mil kwanzas, mesmo com o ajuste, não vai chegar aos 30 mil”.

A UNTA-Confederação Sindical também se juntou à contestação. Manuel Viage, o seu secretário-geral, ironizando os números avançados pelo ministro das Finanças, defende que o ajustamento “deveria corresponder, pelo menos, à inflação prevista para 2017”, projectada pelo Governo nos 15,8%. “Seria o quadro expectá-

vel, sendo que o justo seria de 40% do valor da taxa de inflação acumulada nos últimos dois anos”, considera Viage. Para o líder sindical, o aumento, nos termos anunciados, “não vai ao encontro das expectativas dos trabalhadores”, uma vez que, desde 2014 que o funcionalismo público não beneficiou de qualquer ajuste salarial. “O Governo podia cortar algumas despesas e melhorar os salários da função pública”, propõe, salientando que, com o actual salário mínimo “é difícil viver condignamente”.

Na generalidade, os sindicalistas entendem que os ajustes salariais, mais do que a taxa de inflação prevista, deveriam ter em conta o poder de compra que os trabalhadores perderam ao longo do tempo.

FUNÇÃO PÚBLICA CONTROLA MAIS DE 300 MIL

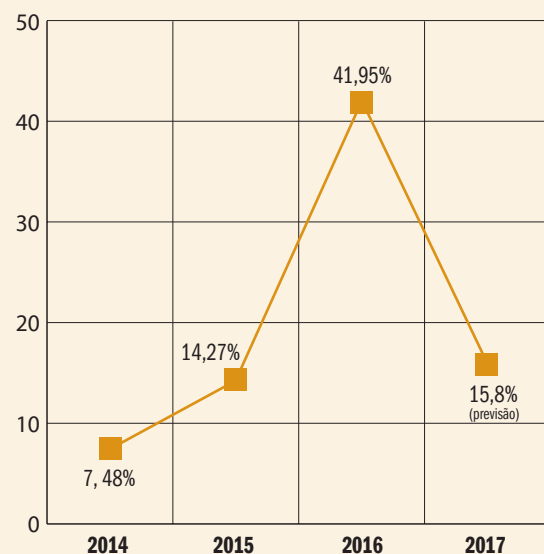
A função pública empregava, no ano passado, 360.380 trabalhadores, uma quebra superior a 3% face ao ano anterior. Os números foram avançados, em Janeiro, pelo ministro da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social, António Pitra Neto.

De acordo com o governante, em 2015, Angola contava com 372.873 funcionários e agentes públicos. Dos trabalhadores da função pública, quase 49% são funcionários do Ministério da Educação, nomeadamente professores, enquanto a Saúde representa 14%. Para este ano, o Estado prevê gastar 1,613 mil milhões de kwanzas (biliões na nomenclatura do Governo) com salários e contribuições sociais dos trabalhadores da função pública, massa salarial que o Orçamento Geral do Estado (OGE) proíbe que seja ultrapassada. Segundo a Lei do Orçamento, no exercício económico de 2017, “não são permitidas novas admissões que se consubstanciam no aumento da massa salarial



Archar Mangueira, ministro das Finanças

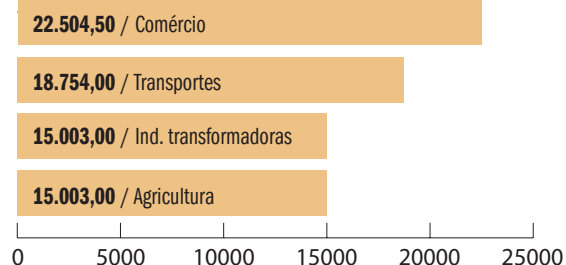
Taxa de inflação nos últimos quatro anos



da função pública”.

Entretanto, a Lei do OGE, do ano em curso, refere que “são permitidas admissões de novos funcionários para a administração pública” para “o preenchimento de vagas” decorrentes de situações de reforma, de abandono, de demissão, de transferência ou de morte.

Salário mínimo



CESTA BÁSICA

Arroz, açúcar, feijão, fuba de milho, fuba de mandioca, farinha de trigo, massa alimentícia, carne seca, óleo de soja, óleo de palma, sabão em barra, sal e leite em pó.

Nota: Cálculos da SGSILA indicam que o salário mínimo nacional cobre apenas quatro dos treze produtos, sem contar com a saúde, transporte e outras despesas.

O INSTITUTO NACIONAL DE SEGURANÇA SOCIAL tem inscrito, em todo o país, 102 mil empresas públicas e privadas, informou o director nacional da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social, Jesus Maiato.



ANGOLA FIGURA NO GRUPO de países com baixo Índice de Desenvolvimento Humano, em 2016, mas registou progressos de 0,336, em 2000, para 0,533, em 2016, acima Nigéria, Camarões e Zimbábue.



EM CAUSA POTENCIAL ATROPELO À LE

Ministro quer mandar auditar Contas Nacionais do INE

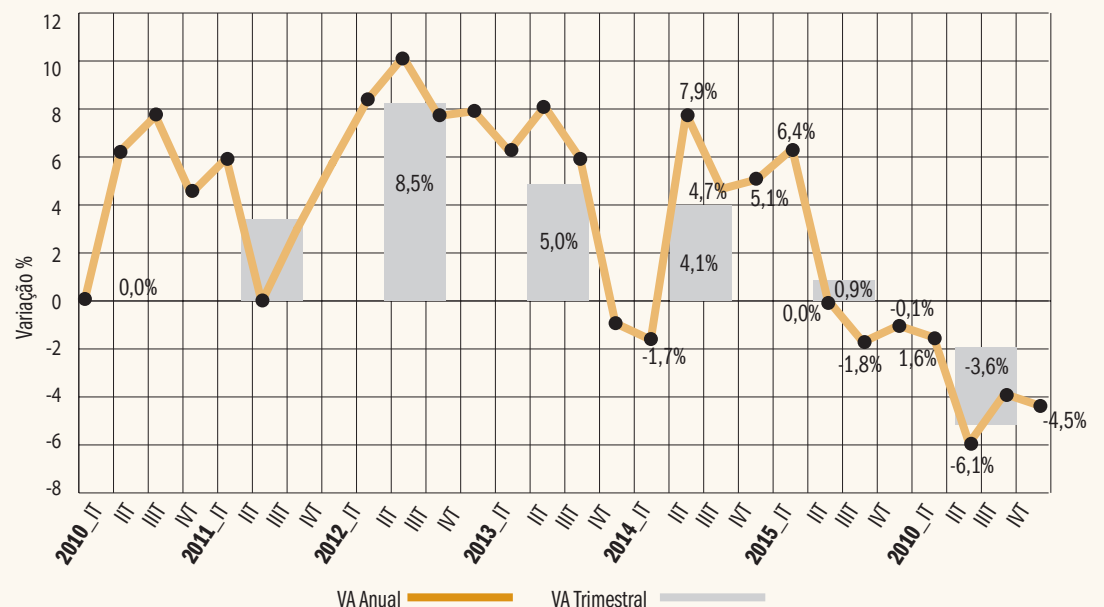
EXCLUSIVO. Técnicos consultados pelo VALOR sugerem que intenção de Job Graça pode colidir com a determinação legal que confere autonomia técnica ao INE. É a segunda parte da 'novela' das Contas Nacionais, cuja publicação foi proibida pelo ministro da Planeamento, como avançado na edição anterior.

Por VE

Uma semana após o exclusivo do VALOR, que dava conta do 'embargo' das Contas Nacionais, referentes ao IV trimestre de 2016, pelo ministro do Planeamento e Desenvolvimento Territorial (MPDT), Job Graça, novas revelações apontam que o governante equaciona autorizar uma auditoria aos dados elaborados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) constantes no último relatório das Contas Nacionais, avança a mesma fonte ministerial citada na semana passada. A intenção do ministro é criticada, entretanto, por vários técnicos, ligados à área das estatísticas, consul-

tados pelo VALOR, que a encaram com o potencial de violar "de forma grave a lei". A Lei do Sistema Estatístico Nacional de Angola (Lei 3/11, de 14 de Janeiro) institui o INE como um órgão dotado de independência técnica, administrativa e financeira, "sendo responsável" pelo trabalho que realiza, como notam os técnicos. A fonte do VALOR refere, no entanto, que a postura de Job Graça, em relação ao dossier das Contas Nacionais, surgiu depois de o próprio apresentar em Conselho de Ministros o relatório das Contas Nacionais, e posteriormente ser questionado acerca da diferença entre o PIB actual e o projectado pelo MPDT. Segundo a fonte do Valor, só então o ministro Job Graça terá posto em causa a metodologia usada para elaboração do relatório que havia apresentado, numa "espécie de defesa dos números mais animadores produzidos nas projecções do MPDT que servem de

base ao relatório de fundamentação do Orçamento Geral do Estado". De acordo com um especialista em estatística internacional contactado pelo Valor "nem tão pouco faria sentido que as projecções estivessem obrigatoriamente alinhadas com o relatório das Contas Nacionais porque o primeiro faz uma projecção, que pode realizar-se ou não de acordo com inúmeros factores, enquanto as Contas Nacionais fazem a leitura do que já aconteceu. Um refere-se ao futuro e o outro ao passado".



PIB recua 1,1%

No Orçamento Geral de Estado revisto de 2016, o crescimento do produto interno bruto recua para 1,1% contra a previsão inicial de 3,3%. Como noticiado em primeira mão pelo VALOR na última semana, as Contas Nacionais, referentes ao IV trimestre de 2016, apontam, no entanto que, o produto interno bruto preliminar recuou 3,6%, no ano passado, face ao exercício anterior (ver gráfico). Num ano marcado por quedas sistemáticas do PIB, o segundo trimestre foi, em termos de variação homóloga, o mais dramático, com a economia a recuar 6,1%. No terceiro trimestre a queda homóloga foi 2,2%, ao passo que, nos primeiros três meses de 2016, a economia afundou 1,6%.

ENTRE JANEIRO E ABRIL

UTIP aprova investimentos acima dos 12 mil milhões USD

Governo aprovou, até à primeira semana de Abril deste ano, seis projectos de investimentos, através da Unidade Técnica para o Investimento Privado (UTIP), nas áreas do retalho, agro-indústria, tecnologia, construção e na refinação de petróleo.

Dados reunidos pelo VALOR dão conta que os contratos aprovados chegaram aos 12.762,1 milhões de dólares no período em referência, fazendo parte do grupo que mere-

ceu 'luz verde' do Governo investidores nacionais e estrangeiros.

O principal destaque dos investimentos aprovados recai sobre a construção de uma refinaria, no Namibe, numa ligação ferroviária entre as linhas do caminho-de-ferro de Benguela e Moçâmedes, por dois grupos russos.

A refinaria prevê processar 400 mil barris de petróleo por dia, no seu pico de produção, o que dobra a capacidade prevista no

projecto da refinaria do Lobito, suspenso o ano passado.

Outro destaque vai para mais um projecto de investimento do grupo empresarial, S. Tulumba, no valor de 132 milhões de dólares, numa unidade de produção de leite e iogurte, na Huíla. O grupo foi dos que mais projectos de investimentos viu aprovados, no ano passado, quase todos direccionados para a zona sul do país.

Os meses de Janeiro e Fevereiro estiveram praticamente nulos, no que refere à publicação de projectos de investimento privados aprovados pela UTIP.

Todos os projectos homologados, de acordo com a Lei de Investimento Privado, vão beneficiar de incentivos fiscais como, como a redução da taxa de imposto industrial, imposto sobre aplicação de capitais e do imposto de sisa.



- ✓ Betão Pronto
- ✓ Pré-fabricados de Betão
- ✓ Pré-esforçados Ligeiros
- ✓ Betuminoso
- ✓ Aluguer de Equipamentos



✓ BETÃO PRONTO

- Classes de betão correntes
- Classes de betão especificadas

Para satisfazer as necessidades dos clientes, a Concera, S.A. produz, fornece e disponibiliza o serviço de bombagem do betão pronto, de acordo com as normas em vigor, tipos e classes especificadas.



✓ PRÉ-FABRICADOS DE BETÃO



✓ PRÉ-ESFORÇADOS LIGEIOS



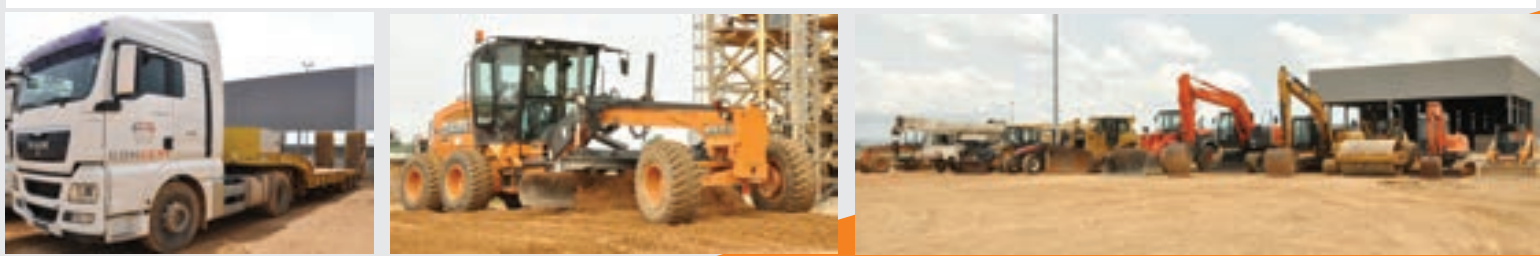
✓ BETUMINOSO

- Massas Asfálticas
- Aplicação de Massas Asfálticas



✓ ALUGUER DE EQUIPAMENTOS

- Máquinas para Movimentação de Terras
- Equipamentos de Movimentação de Cargas
- Transportes de Cargas e Equipamentos



Economia/Política

EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE INVESTIMENTO PÚBLICO DO HUAMBO

Despesas atingem mais de 50 mil milhões de kwanzas



PIP/2016. Apesar de o Huambo ter um orçamento de 66,4 mil milhões de kwanzas, o governo provincial recebeu apenas do Ministério das Finanças 51,1 mil milhões de kwanzas, restando cerca de 15 mil milhões de kwanzas. Mais de 80% da verba disponível serviu para pagar salários da função pública.

Por António Miguel, no Huambo

As despesas do governo do Huambo, referentes ao Programa de Investimento Público (PIP), atingiram, em 2016, mais de 50 mil milhões de kwanzas, sendo que 44,078 mil milhões de kwanzas serviram para pagar salários e transferências. As informações constam no relatório de execução do PIP 2016 da província, a que o VALOR teve acesso.

O governo provincial controla um total de 26.870 funcionários

públicos, 18.040 dos quais, estão inseridos no sector da educação, representando 67,13%, enquanto a saúde absorve 5.329 funcionários, equivalente a 19,83%. Os restantes 3.501 funcionários (13,04%) distribuem-se nas outras áreas do funcionalismo público da província.

Ainda de acordo com o documento, elaborado anualmente para manter informado o chefe de Estado, foram gastos 4,7 mil milhões de kwanzas em despesas de bens e serviços, enquanto a categoria despesa de capital consumiu, pelo menos, 1,2 mil milhões de kwanzas.

Em 2016, Huambo previa arrecadar receitas na ordem dos 10 mil milhões de kwanzas, mas ficou apenas pelos 9,091 mil milhões de kwanzas, alcançando um grau

de execução à volta dos 89,55%.

Apesar de a província ter, no período em análise, um orçamento aprovado de 66,4 mil milhões de kwanzas, o governo provincial recebeu do Ministério das Finanças, através do Tesouro Nacional, apenas 51,1 mil milhões de kwanzas, menos 15 mil milhões de kwanzas do total previsto. Deste modo, o orçamento disponível teve um grau de execução em mais de 90%.

CRIAÇÃO DE EMPREGO

Em termos de geração de emprego, no ano passado, segundo o PIP/2016, mais de mil postos de trabalho foram criados nas terras do planalto central, nos diferentes sectores da economia, sendo que, no primário, os números ficaram

MEMORIZE

● O programa de apoio às cooperativas de camponeses, do governo do Huambo, denominado Crédito Agrícola Familiar, encontra-se suspenso, há dois anos. Oficialmente, desconhecem-se as razões da suspensão do financiamento a pequenos agricultores.

aquém das previsões. Na agricultura, criaram-se apenas 48 empregos, quando a previsão era de 200 postos de trabalho, o que equivale a um grau de execução de 24%.

A meta programada, no sector da indústria, foi de 65 empregos, mas os números ultrapassaram as expectativas, tendo sido criado 206 empregos. O número de postos de trabalhos criados, nos serviços, também foi além da previsão. Geram-se 980 empregos, quando estavam previstos apenas 185.

Previo-se que o desemprego

estaria à volta dos 19,5%, mas a taxa fixou-se nos 20,2%. A direcção de administração pública, trabalho e segurança social do Huambo tinha, como meta, em 2016, formar dois mil candidatos, mas, no final do ano, o número subiu para 2.410 formados.

SECTOR PRODUTIVO

A agricultura, lê-se no relatório, é a principal actividade da província, tendo, durante o período da campanha 2015/2016, produzido cerca de 87 mil toneladas de cereais (com maior destaque para o milho) e 10,6 mil toneladas de leguminosas (feijão, amendoim e soja).

No que toca à produção de carne, estava previsto um total de 804.971 quilogramas de carne bovina, tendo, no entanto, sido produzido 433.650 quilogramas. Comparando com ao ano passado, registou um aumento da produção de carne na ordem dos 337.455 quilogramas. Na província, registou-se a captura de 177,5 tonela-

GESTORES PÚBLICOS de vários níveis da administração do Estado participam, em Luanda, num seminário sobre Instruções para elaboração do Orçamento Geral do Estado para o ano económica de 2018, numa iniciativa do Ministério da Finanças.



A ENDE, no Kwanza Norte, vai até ao final deste ano elevar a actual capacidade de distribuição de energia eléctrica à província, de 29 para 37 megawatts, informou o director provincial da ENDE, Mazali Novaes Paulo.



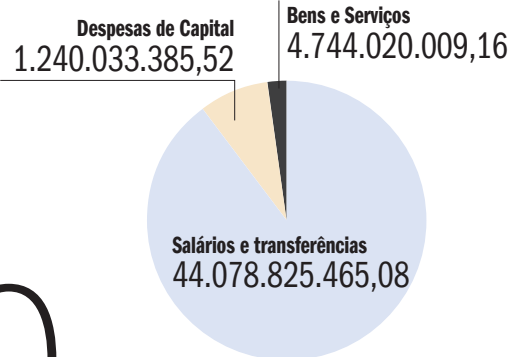
Receitas locais arrecadadas

9,0

Síntese da execução orçamental de 2016

Valor expresso em mil milhões de kwanzas

Categoria das despesas /kz



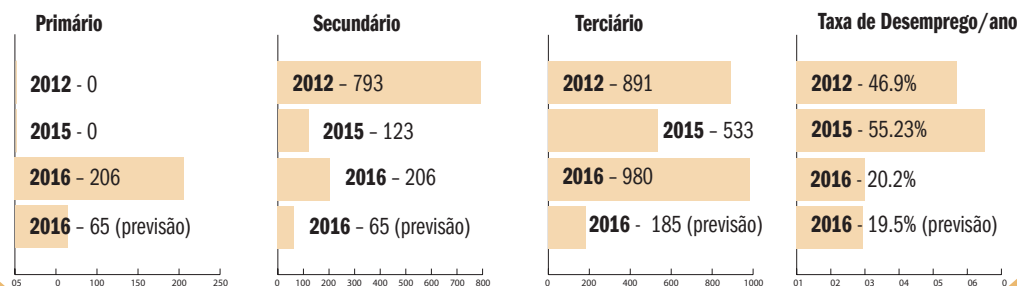
Orçamento aprovado

66,4

Despesas pagas

50,0

Empregos gerados por sector/ano



das de pescado.

Segundo o relatório das actividades desenvolvidas em 2016, no Huambo, a indústria transformadora resume-se na produção de produtos gráficos, chaves, farinha de milho, madeira, material de construção civil, metal, mobiliário de madeira, pão e plásticos. Neste ramo industrial, verificou-se um investimento privado de cerca de 1,3 mil milhões de kwanzas.

Já a indústria extractiva passa pela exploração de brita, areia, sendo que a produção industrial destes minerais gerou para o Estado 121, 045 mil milhões de kwanzas, verificando-se uma diminuição, comparativamente a 2015, de cerca de 83,8 mil milhões de kwanzas. A exploração artesanal ficou-se pelos 5,6 milhões de

kwanzas.

A Barragem do Gove, aí instalada, é a principal fonte de energia eléctrica da província. No entanto, desde 2012, a central hidroeléctrica enfrenta um défice de geração de energia de cerca de 40 megawatts, produzindo apenas perto de 24 megawatts, que alimentam dois (Huambo e Caála), dos 11 municípios da província. “Enquanto as demais sedes municipais e comunais são alimentadas por pequenos grupos geradores geralmente com

funcionamento precário, devido a problemas de manutenção e da falta de combustíveis”, explica o relatório do PIP, de 2016.

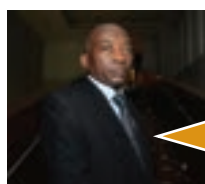
Huambo possui uma superfície de 35.771,15 quilómetros quadrados, o equivalente a 2,87% da extensão territorial nacional. Tem uma população estimada em 2.019.555, representado 8% da população total de Angola.

Valor recebido do Tesouro Central

51,1

Opinião

Os ganhos adormecidos das novas centralidades



Lauriano Tchoia
Especialista em inclusão financeira

A cidade do Kilamba, localizada a cerca de 40 quilómetros a sul do centro de Luanda, Angola, é um dos maiores projectos habitacionais do género em África. Conheceu a sua inauguração em Julho de 2011 e, dada a alteração do modo de acesso, tornou-se habitada massivamente desde 2013.

Segundo dados apurados no site da Imogestin S.A, empresa gestora, esta vistosa urbanização conta com 20.000 apartamentos, construídos de um total inicial previsto de 90.000 até ao fim do ambicioso projecto. Grande parte deste gigante anda adormecida placidamente por culpa de um sector privado bastante passivo, bocejando comodamente para as paredes quiméricas do arco-íris, a ver quais das cores mais se realça e apontar com o dedo trémulo para 'inglês ver'. Contas feitas, 20.000 habitações podem representar 20.000 trabalhadores domésticos.

Surge assim uma pergunta: por onde circula o salário de homens e mulheres desta nova e quimérica urbe que realiza o sonho Angolano e que capital estes agregam para a Economia do país?

Como veremos mais adiante, um convite faz-se à nossa fértil reflexão para acções financeiras relacionadas que podem contribuir para o desenvolvimento e proporcionar outros factores da inclusão que se almeja, abraçando práticas inovadoras, uma das quais a sistematização das receitas por via da bancarização.

Esta centralidade e outras espalhadas pelo país vieram responder, em primeiro plano, a uma estagnação gritante do sector imobiliário e desafogar a procura, assim como ajudou na redução do custo de aqui-

sição de uma ou mais residências e o valor mensal de arrendamento.

Pode parecer um exagero ao assumirmos por tabela a quantidade de trabalhadores mencionados, dada a segmentação económica dos seus habitantes situar-se entre a classe média-baixa e não permitir dar-se ao luxo de padronizar uma casa a um(a) empregado(a), não sendo possível acontecer por cá tal rácio sonhador, nem noutra parte qualquer do planeta terra!

Com a devida permissão do leitor, mantenho a bitola, porque resta agregarmos a este número o corpo de segurança dos edifícios e os jardineiros que prestam serviços em tempo integral. Somam-se ainda os trabalhadores do sector comercial empregados em 48 lojas de conveniências, cafés e outros negócios da urbe. Há a incluir, nas contas, prestadores de serviços eventuais, que abordam diariamente a cidade de 710 edifícios erguidos na vertical.

O sector educacional exhibe, de igual modo, muito força com as suas 24 creches, nove escolas primárias, oito secundárias que, de certa forma, entre o corpo de dirigentes, docentes, pessoal administrativo, embora vinculados aos serviços públicos, gostariam de ver resposta aos seus anseios financeiros cada vez mais próximos, no lugar de andar a galgar milhas para uma simples operação.

Nestes quatro anos, estão instaladas apenas duas agências bancárias na cidade. Olhando para uma proporção de 4,6 membros por agregado familiar, segundo o censo de 2015, estaríamos a falar de cerca de noventa mil famílias. E considerando a taxa de 50,3% de população activa, andaríamos por volta de 69 mil clientes já adicionados os trabalhadores efectivos da cidade, número nunca desprezível para qualquer exercício de captação.

Tendo sido a cidade do Kilamba apenas uma amostra, avaliando todas as demais centralidades pelo país, gostaríamos de juntá-la ao seguinte exercício de somar. Quanta pipa de dinheiro se desperdiça nesta falta de bancarização? Que impostos não se cobram nas operações que se fariam? Qual é a quantidade em valor do fisco que se foge de outras actividades? Que somas se fariam nos relatórios financeiros dos lucros sobre as diversas operações? Quantos créditos seriam vendidos ao volume da potencial carteira de clientes?

Este quadro confirma a existência de um sector financeiro passivo, vencido pelo sector de alimentação e serviços que respondem de imediato à procura local, um sector bancário conformado à letargia do passado, provocando prejuízos enormes à captação de receitas para si e para o Estado que tanto precisa delas nesta época do petróleo minguado.

Importa aconselhar que bancarizar não é apenas o acto de abrir uma conta, encostar nela alguns tostões e deixá-la dormente. Precisa-se que o sector ofereça outros serviços e produtos que estimulem o cidadão a regressar à conta.

Enquanto se olhar para o pequeno cliente bancário como um favor, a continuar-se neste prisma, estaremos longe de ajudar que o país cresça em paralelo.

Estamos em crer que todas estas e outras acções seriam um grande aliado arquitectónico, bitolado no movimento da ginga dos seus habitantes e vê-los caminhar felizes pelas ruas, com manifesto sorriso de satisfação que se agrupa a um bem-estar, como pressuposto de boa vida, conseguindo responder ontem o que o habitante queria para hoje.

Importa aconselhar que bancarizar não é apenas o acto de abrir uma conta, encostar nela alguns tostões e deixá-la dormente. Precisa-se que o sector ofereça outros serviços e produtos que estimulem o cidadão a regressar à conta.

É GEOCIENTISTA? GEO-ENGENHEIRO? ESTÁ EM FORMAÇÃO?

REGISTE-SE EM

<http://quadros.mgm.gov.ao>

**E FAÇA PARTE DA BOLSA
DE QUADROS DO PAÍS**

O Plano Nacional de Geologia (PLANAGEO) é o maior investimento global jamais feito no nosso país no domínio das geociências, visando a actualização do conhecimento geológico nacional.

QUEM SE DEVE CADASTRAR?

Quadros técnico-profissionais e superiores e estudantes de:

Geologia, Hidrogeologia, Hidrologia, Geofísica, Engenharia Geográfica, Geodesia e Cartografia, Topografia, Geoquímica.

Engenharia de Minas, Laboratório, Matemática, Física, Química, Mineralogia e Petrografia, Sondagem, Geotécnica, Geocronologia e Paleontologia, Ciências Ambientais, Soldadura para a Mineração.

Computação, Gestão Mineira, Gestão Ambiental, Geologia Económica, Economia Mineira, Direito Mineiro.

PREENCHA O FORMULÁRIO DISPONÍVEL NO SITE

<http://quadros.mgm.gov.ao>

**1129 QUADROS
NACIONAIS JÁ SE
CADASTRARAM**

A COMPETÊNCIA AO SERVIÇO DO PLANAGEO E DA DIVERSIFICAÇÃO DA ECONOMIA



Contacto: quadros@mgm.gov.ao | +244 916 532 964

Política de privacidade O Ministério da Geologia e Minas garante que os dados que se registam durante o cadastramento serão utilizados apenas para questões estatísticas do conhecimento dos quadros.

Entrevista

FERNANDO HERMES, VICE PRESIDENTE DA OCPCA

“Nenhum contabilista estrangeiro vai exercer a actividade em Angola sem a certificação da Ordem”

Vice-presidente do conselho directivo da Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola (OCPCA) promete ao VALOR fazer marcação cerrada a todos os profissionais da área que actuam fora da lei, fiscalização que deve abranger ainda os técnicos estrangeiros que assinam contas de empresas em Angola sem terem sido certificados pelo ‘punho’ e carimbo da OCPCA.



Por Nelson Rodrigues

A OCPCA juntou (de 20 a 21 de Abril) membros da Ordem e vários técnicos da área para discutir conceitos e normas de relato financeiro.

Qual é a pertinência do tema neste momento?

Este tema foi escolhido porque, por um lado, achamos que é o momento, mas, mais do que isso, achamos que a Ordem, enquanto associação de profissionais, fez a sua primeira parte do trabalho, em organizar esses profissionais, e ‘refrescá-los’, também, e criar então um senso comum.

Este tema é a causa de ser da OCPCA. As Ordens, por norma, trabalham para congregar os profissionais, para promover a realização deste trabalho de forma adequada, própria, competente e este trabalho é feito com base em normas. A contabilidade é um exercício que é feito com base em princípios e/ou regras. Falar da contabilidade é falar das normas. A contabilidade é norma, é relatório, é ‘reporting’, o que chamamos de Relato.

Depois de dois anos, definimos que iria chegar o momento para discutir as matérias técnicas candentes, que têm que ver com a capacidade que temos enquanto organização, enquanto profissionais, de adoptar, de implementar, discutir como trazer as normas internacionais de relato financeiro e as normas internacionais de tratamento contabilístico ou de contabilidade para Angola.

Além do ‘refrescamento’ aos mem-

brós da Ordem, haverá outra explicação, em particular, que terá obrigado a realização da conferência?

O momento obriga. A pressão desta globalização leva a que Angola, que tem as suas normas contidas no Plano Geral de Contabilidade (PGC), se adequa às normas internacionais. Se falarmos todos, ao nível da globalização, a mesma língua e a mesma língua contabilística, trataremos a contabilidade da mesma forma, reportaremos da mesma forma. Este é o

momento. Eu chamaria “momento da globalização”, que traz essas pressões a todas as sociedades e a toda a economia e nos mercados de capitais, em especial.

Sentem que, em Angola, ainda não se fala essa ‘língua global’ dos novos conceitos de contabilidade?

Sou mais optimista do que muitos. Já ouvi dizer que a profissão, em Angola, tem muito poucos profissionais. Há aqui meia verdade. Os profissionais, enquanto associados [da Ordem] e, na linguagem muito internacional, precisam de ser, primeiro, certificados, e, em segundo, por consequência da certificação, associados.

Quantos membros já estão inscritos?

Temos cerca de quatro mil membros. Muitos dizem que, a esta altura, teríamos à volta de 10 mil membros, mas penso que estamos no bom caminho, com alguma dificuldade, como em todos os outros sectores do país, mas temos muitos profissionais. A diferença é que a maior parte não está certificada, porque a Ordem, enquanto instituição que deve certificar os membros, foi instituída, de facto, só em 2014. Nos últimos dois anos, apenas realizou cursos de actualização aos seus profissionais, e só em 2018 é que deveremos fazer exames de certificação.

Onde é que estão esses quatro mil profissionais?

A maior parte deles está connosco, mas também notamos que existem muitos profissionais com os quais temos de ir ter e trazê-los para Ordem. Estão a desempenhar outras funções no mundo financeiro, bancário e não bancário, na gestão especificamente. Se conseguirmos trabalhar e trazer todos aqueles que fazem parte

“Nós, os angolanos, temos o que temos. Há matérias que dominamos muito, e há matérias que também são muito novas para nós. Temos 40 anos, somos um país jovem.”

desta família para a Ordem, eu iria responder categoricamente que não estamos nada mal, como as pessoas pensam. Mas é um processo...

Do grupo dos inscritos, há também técnicos estrangeiros?

No mercado, temos alguns profissionais estrangeiros nesta área, mas a maior parte deles está relacionado com algumas empresas multinacionais de serviços. Eles, individualmente, não são membros. As empresas, como tal, são membros da Ordem enquanto sociedade. Não se coloca aqui essa proporção estrangeira.

Quando falamos de membros na Ordem, temos essencialmente membros nacionais. O grosso, e aquilo de que falámos “o direito adquirido”, são membros que já exerciam a profissão. Estamos a falar de angolanos que já exerciam a profissão.

Constitui alguma ‘ameaça’ aos interesses angolanos a presença de profissionais estrangeiros no mercado nacional?

Preocupa-nos que os nossos associados, capacitados para prestar trabalho, em algum momento vejam os lugares tomados, sem razão plausível. Por isso, estamos a formar o nosso pessoal, estamos a articular com as empresas, com o Governo, de modo a criarmos um ambiente cada vez mais facilitador que proteja, no sentido verdadeiro da qualificação, o nosso profissional. Esse é que é o esquema.

Nenhum profissional estrangeiro, aos nossos olhos, virá para cá, sem a nossa certificação para exercer a actividade. É ilegal e nós não vamos pactuar com isso.

Que apreciação faz do facto de as grandes empresas do país, como bancos e a Sonangol, terem apenas consultoras estrangeiras?

São decisões de gestão normais. As empresas multinacionais são grandes empresas no sector de consultoria e criam filiais por toda a parte, e têm processos, têm sistemas robustos, experiências acumuladas de centenas de anos, que ajudam as empresas em toda parte do mundo a crescer.

A Sonangol está no mundo e tem o direito de tomar essa decisão. E quando toma essa decisão, ela contrata por via da filial. Ou por via da própria ‘casa mãe’. O critério da própria empresa multinacional, como a

Sonangol, foi porque eles têm uma base de dados de conhecimento e de recursos. E nessas empresas de consultorias há também profissionais angolanos, de acordo com a lei. A empresa, enquanto filial instituída cá, a primeira condição é ter empregados ou profissionais angolanos. Nós, os angolanos, temos o que temos. Há matérias que dominamos muito, e há matérias que também são muito novas para nós. Temos 40 anos, somos um país jovem.

Reconhece haver alguma insuficiência nos técnicos nacionais?

Há países que estão mais expostos a situações reais. Se eu, Fernando Hermes, que sou angolano, viver no Brasil por 10 anos, estou exposto àquela realidade. E tenho então essa exposição que pode servir aqui, no Congo, ou numa outra parte do mundo.

Existem matérias que não dominamos por várias razões. Alguém, por exemplo, que vá para o sector petrolífero, se tiver que fazer alguma operação por baixo do mar, em grandes profundidades, eventualmente não teremos aquele recurso e muitos países do mundo não têm. Quem virá? Virá um indivíduo do Mar do Norte. Essa questão dos estrangeiros versus angolanos tem de ser falada também um bocadinho no contexto.

Não o preocupa, por exemplo, a quantidade de informação estratégica que sairá do país pelas mãos de técnicos estrangeiros? Recentemente, falou-se dessa situação na Sonangol, por exemplo.

Não é do nosso conhecimento que exista, na Sonangol, uma empresa internacional a fazer serviço de contabilidade. É do nosso conhecimento que existem empresas com participação estrangeira que fazem auditorias. É do nosso conhecimento que a contabilidade é feita por profissionais angolanos da Sonangol. A contabilidade da empresa não é feita por profissionais estrangeiros.

É preciso referir que a contabilidade é um processo. No final do dia, o produto final do trabalho do contabilista é o que chamamos de ‘contas da empresa’. E as contas das empresas são públicas. A lei manda torná-las públicas. E a maior parte dessas empresas tem essas contas nos seus sites, nos livros e relatórios anuais. O contabilista não é detentor de

Não é do nosso conhecimento que exista, na Sonangol, uma empresa internacional a fazer serviço de contabilidade. É do nosso conhecimento que existem empresas com participação estrangeira que fazem auditorias.

O contabilista não é detentor de informação de gestão, informação científica de investigação, ou de desenhos de engenharia. Não é esse o trabalho do contabilista. O contabilista trata das transacções que acontecem, o que chamamos de factos contabilísticos.

informação de gestão, informação científica de investigação, ou de desenhos de engenharia. Não é esse o trabalho do contabilista. O contabilista trata das transacções que acontecem, o que chamamos de factos contabilísticos, que decorrem das transacções e aquilo que as empresas fazem, que precisam de ser dito.

Quantas empresas nacionais de contabilidades e auditorias estão inscritas na Ordem?

Aproximadamente 30 empresas nacionais fizeram a inscrição. E terão sido aprovadas muito à vontade mais de dois terços dessas empresas, sendo que outras terão de passar por um processo de con-



Manuel Tomás © VE

formação e voltarem a fazer a sua candidatura.

Já temos, em Angola, empresas capazes de fazer contabilidades ou auditorias às contas da Sonangol?

Era preciso saber a empresa, especificamente, e dizer em que sector ela está especializada. Somos contabilistas, mas, às tantas, sou mais do sector industrial, estou mais na área da aviação, no sector bancário.

Mas das inscritas, não temos ainda empresa com essa capacidade. Das existentes no país, é possível que sim. Há aí profissionais com experiência no sector petrolífero, que se estão a juntar em sociedades e que estão a fazer trabalhos neste sector.

Fazer trabalhos para a Sonangol ou

para qualquer entidade, e isso vem no nosso código de ética, depende da proporção da competência da empresa, em termos de saber, e número versus a dimensão do cliente.

Se eu e o meu irmão, por exemplo, temos uma empresa, somos dois contabilistas, a nossa capacidade de fazer uma contabilidade, ou certificar as contas de uma TAAG, é um bocadinho irrisória. Porque o volume de transacções de uma TAAG, enquanto grupo, requer esforço maior, sem falar se nós os dois, colectivamente, temos, pelo menos, 10 anos de experiência na aviação. Parte do problema também é resolvido por aí.

Continua na página 12

Entrevista

Continuação da página 13

Quem controla as empresas de consultoria e auditoria no país?

As empresas de consultorias e auditoria são certificadas pela Ordem. E, enquanto membros certificados pela Ordem, têm requisitos, e estes requisitos estão nos estatutos da Ordem. A empresa PWC, por exemplo, ao registar-se na Ordem, deve demonstrar que um dos seus sócios, o sócio activo, é membro da Ordem. O sócio, que é responsável pelos trabalhos de contabilidade, deve ser angolano. Deverá mostrar que cumpre os outros princípios da Lei, no caso toda a sociedade em Angola deve recrutar angolanos.

Já receberam casos de técnicos estrangeiros de multinacionais a tratarem de contas de empresas angolanas, sem estarem inscritas na Ordem?

Não existem profissionais estrangeiros individuais, do nosso conhecimento, que estejam a exercer a profissão, nos termos que a lei prevê. Só pode exercer a profissão quem está inscrito.

Como é que se distinguem profissionais inscritos dos não inscritos na Ordem?

O contabilista que exerce a função, no final do dia, e ao fim de tanto trabalho, ele assina e é responsável pelas contas. O indivíduo responsável por umas contas tem de ser membro da Ordem, porque ele assina. Então, para os profissionais estrangeiros, a primeira pergunta que se coloca é “onde está a sua carteira ou nº da Ordem?”. Logo, [e se não exibir a carteira], essas contas não podem ser assinadas por ele.

É a OCPCA quem fiscaliza esses casos?

Nós, enquanto Ordem, estamos a ganhar e a montar estruturas para promover que todos façam a coisa correcta, e, acima de tudo, proteger os nossos profissionais, com qualificação, com formação e com coordenação e apoio naquilo que é matéria de criar espaços, que depois promove a empregabilidade.

Dos quatro mil membros registados, quantos estão certificados?

O entendimento de membro cer-

PERFIL

Fernando Hermes é formado em Contabilidade e Informática pela Universidade Agostinho Neto e pela Eastern Michigan University, nos EUA. Iniciou a profissão de contabilista na segunda metade da década de 1990, na Sonangol. Ao fim de vários anos, é deslocado, em 2002, para a Sonair, ‘braço’ aéreo da petrolífera, onde foi director de finanças. Da Sonair, e de várias passagens nas demais subsidiárias, Fernando Hermes foi indicado a trabalhar no primeiro projecto de gás natural angolano, o Angola LNG.

Hoje, acumulando a docência e serviços de consultorias e contabilidade, é vice-presidente do conselho directivo da Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola (OCPCA), desde Abril de 2014, e fez parte dos primeiros órgãos sociais da Ordem.



Manuel Tomás © VE

passa no exame, tem outras oportunidades para o fazer. Neste momento, não temos profissionais certificados pela Ordem.

Do grupo dos que transitaram e dos que frequentaram o curso de admissão à Ordem, quantos estão ‘certificados’ e reconhecidos?

Nos cerca de quatro mil profissionais que temos nos registos, e todos eles teriam de passar por essas 135 horas, neste momento, e conformado com estatutos destes transitórios, temos cerca de 1.300 profissionais. Estes já fizeram 135 horas [obrigatórias] e têm, portanto, a situação resolvida.

Para quando a integração dos profissionais inscritos ao grosso dos que têm a “situação resolvida”?

Continuamos a dar formação. O programa de formação começou de forma mais calma já em 2010 e 2011, por altura da comissão instaladora. Depois da institucionalização da Ordem, começámos um programa em 2016, e que actualizamos esses profissionais com as 135 horas. Até ao momento, são várias turmas ao mesmo tempo com vários formadores, capacitámos 1.300 como podíamos ter feito 2.300.

O que chamamos hoje como grande dificuldade é que, dado o momento de crise, esses cursos são pagos, e muitos desses profissionais liberais, em momento de crise, as empresas na situação em que estão, não têm disponíveis as condições financeiras para pagar nos termos que nós temos. Então, sentimos timidez.

Quanto custa esta formação?

Esta formação custa 288 mil kwanzas, para 135 horas. Temos uns termos de pagamentos de 50%, logo na inscrição. Um mês depois, paga mais 25%, e depois do mês paga os outros 25%. Portanto, 50%, são os 144 mil kwanzas. E muitos não têm condições, no momento, e em qualquer altura, de tirar os 144 mil. E achamos que este é o grande problema. Já montámos toda a estratégia para ir ao terreno e trazê-los para cá. A máquina está toda montada, para, até ao fim do ano, cobrirmos todo este universo de todos aqueles que vierem contactar a Ordem.

Que estratégia foi adoptada para os técnicos com dificuldades financeiras?!

Encetámos agora um diálogo, mandando notas para esses profissionais, chamámo-los para Ordem,

mas, é um período transitório. Os que são profissionais não precisam de fazer exames.

Como se processa, nesses casos, a transição?

Entram para a Ordem e damos uma outra exigência. No caso particular, foi fazer um curso de actualização de 135 horas obrigatórias. Se não fizer, não é membro da Ordem. Mas isto é um passo. Agora, vamos olhar, se um diplomado, um jovem licenciado, um jovem de 25 anos, e quer entrar para a profissão, os estatutos da Ordem indicam para um outro caminho, que não é aquele a que atrás me referi, do direito adquirido. Porque os que vêm agora, e que pretendem entrar para a profissão, não têm direitos adquiridos profissionais. Então fazem o que todas as ordens fazem.

Para quem acaba de se licenciarem, qual é o requisito de ingresso na Ordem?

Vai fazer um estágio prático e vai fazer o exame. Se passa no exame, é considerado certificado. Se não

Para os profissionais estrangeiros, a primeira pergunta que se coloca é “onde está a sua carteira ou nº da Ordem?”. Logo, [e se não exibir a carteira], essas contas [das empresas em Angola] não podem ser assinadas por ele.

tificado é aquele que tenha passado por um exame, que é primeiro reconhecido e instituído a nível nacional e também com intenção de ser reconhecido a nível internacional. E este exame, dada a juventude desta ordem, com dois anos apenas, não estão criadas as condições para certificá-los neste momento.

Na prática, ainda não temos certificados no país...

Vamos começar com o processo de certificação formal só em 2018. Deixe-me abrir aqui parêntesis: os profissionais que hoje chamamos profissionais já o eram, na sua maioria, antes da existência da Ordem. Como devem imaginar, e aqui respeitando alguns postulados constitucionais, sendo um deles a garantia dos direitos adquiridos. Portanto, quem era profissional antes da Ordem, era profissional, tinha esse direito. Vivía disto. Não vamos agora aplicar um exame a quem já o fazia, e depois dizer que não é certificado, portanto, não está qualificado para exercer a função. Parte do processo, e é o que se faz em todas as Ordens do

“ Não existem profissionais estrangeiros individuais, do nosso conhecimento, que estejam a exercer a profissão, nos termos que a lei prevê. Só pode exercer a profissão quem está inscrito. ”

para, caso a caso, conversarmos. É do interesse da Ordem que eles façam essa formação. A Ordem tem competência e capacidade de, até ao fim do ano, formar o restante do pessoal. Precisamos de saber ponto a ponto qual é a questão. Se a questão é financeira, vamos dar um tratamento financeiro. Se a questão é de localização, de zonas remotas, ou a capacidade de fazer os cursos nos moldes estabelecidos, é entender a situação para resolvermos.

Achamos que a grande maioria está com problema de ordem financeira para pagar esta formação de 135 horas, dado o actual momento.

Com o problema de falta de capital para custear uma formação de 288 mil kwanzas, isso não obriga as empresas para a contratação de mão-de-obra estrangeira?

Todos os profissionais podem exercer a profissão. Nos estatutos da Ordem, esse período transitório a que me referi significa que, todos os profissionais

inscritos na Ordem, têm, depois da tomada de posse dos órgãos sociais, 36 meses para fazer o curso de actualização.

Os 36 meses terminam a 19 de Dezembro de 2017. Portanto, neste momento, nenhum profissional está em situação irregular. Com ou sem [essa] formação, eles podem e estão no mercado sem problemas. A formação não é uma condição, hoje, para ele exercer a actividade, ou para ele ter negócio. Ligar a formação, neste momento, com a empregabilidade ou com a capacidade de angariarem clientes, não se impõe. Depois de Dezembro de 2017, quem não tiver feito a formação, perde então a condição de membro. Deixa de ser membro da Ordem.

Onde é que são colocados esses técnicos? Quando perder essa condição, coloca-se a situação de ele poder exercer a função, porque existe uma lei, que é a lei da contabilidade e da auditoria, que postula que o exercício dessa profissão só pode ser por um indivíduo inscrito na Ordem.

Depois de Dezembro de 2017, quem não tiver feito a formação [de actualização], perde então a condição de membro. Deixa de ser membro da Ordem.

O jornalista, por exemplo, tem dotes em contabilidades, aprendeu com alguém, gosta de contabilidade e decidir fazer contabilidade, está a violar a lei, se não for membro da Ordem. Quando esses profissionais perdem a condição de membro, no fim do ano, porque não fizeram o curso, aí é um problema de mercado. Por isso é que estamos a dizer que a Ordem tudo faz e vai fazer para considerar todas as situações que pode resolver. Não vamos, nem pretendemos que haja profissionais uns a pagar e outros não. Não é esta a ideia. A ideia é entender a dificuldade financeira dos profissionais e, caso a caso, encontrar “soluções criativas”, que sejam pontuais para dizer o seguinte: “meu profissional, está ali a turma, começa a fazer as 135 horas e vamos resolver a questão financeira assim de forma A,B,C ou D. Este é um assunto.

Que risco correm as empresas ou particulares que contratam serviços de profissionais não credenciados?!

Estariam também a incorrer nessa prá-

tica ilegal, porque a lei é para todos. É para os profissionais e para as empresas. As empresas que contratarem um indivíduo que não prove que é membro da Ordem está a violar a lei. Porque não pode fazer aquele trabalho, a lei proíbe.

A OCPCA separa profissionais de contabilidade desta ‘conversa’ dos consultores. Consultor é um indivíduo que vem ajudar uma empresa em vários temas empresariais, na sua organização, nos sistemas informáticos, na estruturação. E muitas dessas empresas estão a providenciar serviços de consultorias. E isto, para nós, não tem nada que ver com contabilidade. Eles não estão a fazer as contas das empresas.

O nosso universo é aquele dos que fazem contas das empresas ou dos que certificam as contas das empresas. Quem vai dar uma formação a um empregado qualquer da empresa A, ou vai lá melhorar o sistema informático, a esses chamamos consultores. Estes não estão supervisionados por nós.

PUB



A SAÚDE MAIS PERTO DE SI. SEGURO DE SAÚDE

Chegou o seguro de saúde para particulares que lhe dá acesso aos melhores cuidados de saúde, por muito menos do que imagina. Tome uma decisão saudável e saiba mais numa agência NOSSA perto de si ou em www.nossaseguros.ao



NOSSA
SEGUROS

Mercado & Finanças

APÓS 'APERTOS' DO BNA, FACE A INCUMPRIMENTOS

BANC abre até 49% do capital

TRANSACÇÃO. Fonte do VE garante que, nos últimos meses, banco foi confrontado com várias situações de incumprimentos, incluindo dificuldades de reembolso de depósitos de clientes.

Por Redacção

O Banco Angolano de Negócios e Comércio (BANC) decidiu abrir o capital social em até 49%, viabilizando a potencial entrada de novos investidores, apurou o VALOR de fonte bancária conhecedora do processo.

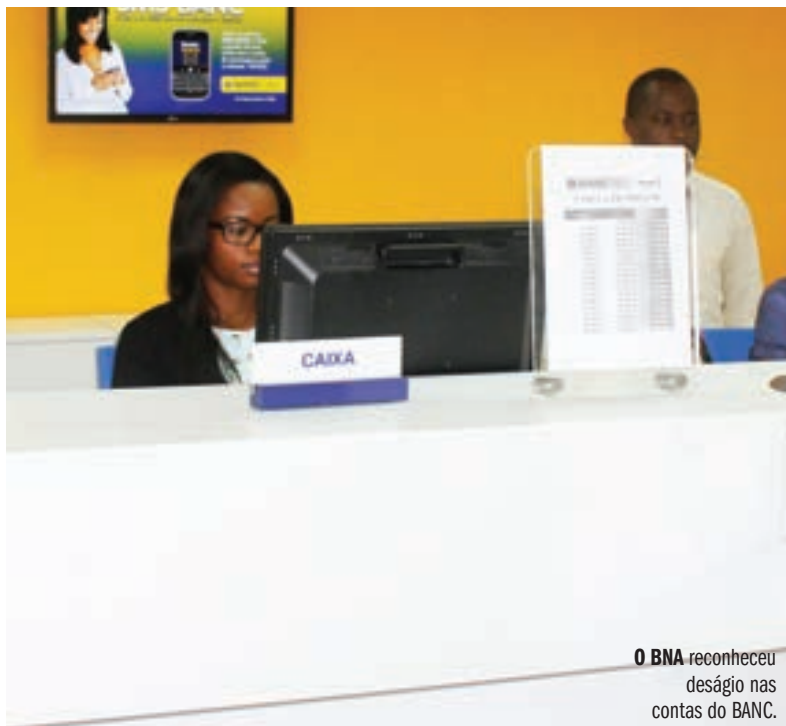
A decisão da abertura do capital a possíveis interessados foi tomada por accionistas e administração do banco, após os avisos do Banco Nacional de Angola (BNA) que, várias vezes, chamou a atenção da instituição gerida por José do Rosário, para os “graves incumprimentos dos rácios regulamentares”. Numa primeira fase, a administração e os accionistas do BANC terão virado as baterias para o mercado árabe, onde se esperava existirem potenciais interessados. A ‘operação Oriente’ terá, entretanto, registado algum fracasso, pelo que o ‘convite’ se estendeu agora também aos investidores nacionais.

Segundo a fonte do VALOR, nos últimos meses, o BANC foi confrontado com “uma situação difícil de incumprimentos”, ao ponto de, várias vezes, ser notificado pelo

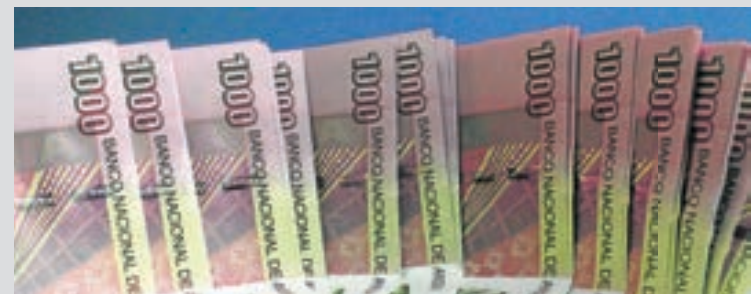
regulador, face a reclamações que chegavam ao BNA sobre dificuldades de reembolso de depósitos de clientes. O banco terá revelado ainda dificuldades em reembolsar as chamadas ‘tomadas de liquidez’, empréstimos de maturidade quase imediata (24 a 72 horas), com elevadas taxas de juro (geralmente tomados para a cobertura de situações específica de liquidez), situação que também terá accionado o ‘alarme’ do BNA. O banco central terá mesmo reconhecido deságio nas contas do BANC, termo, que, na linguagem financeira, significa a diferença negativa entre o valor negociado de título face ao seu valor nominal.

Os últimos dados disponíveis sobre a ‘performance económica’ do banco apontam 2015 como um “ano de crescimento”, tendo registado o aumento do activo líquido de cerca de 36% para os 39.104 milhões de kwanzas. O relatório e contas de 2015, do BANC, publicado no site do banco, regista também um aumento marginal dos empregados de 193 para 196, números, entretanto, que a instituição considerou como tendo contribuído para um “impacto positivo” sobre os capitais próprios que, em Dezembro de 2015, tiveram um aumento de 4% para os 7.785 milhões de kwanzas.

O VE não teve sucesso na tentativa de contactar o banco.



O BNA reconheceu deságio nas contas do BANC.



ARCHER MANGUEIRA

Desvalorização do kwanza, “mais cedo ou mais tarde”

Por Cândido Mendes

Uma desvalorização do kwanza, “mais tarde ou mais cedo, terá de acontecer necessariamente para manter a estabilidade das reservas internacionais líquidas”, disse, em Washington, o ministro das Finanças, num segmento não publicado pela agência Bloomberg que, na semana passada, dava conta de declarações de Archer Mangureira que afastavam qualquer cenário de depreciação da moeda nacional.

“Actualmente não é o melhor momento, sob pena de piorar a inflação”, precisou o governante na entrevista à Bloomberg, justificando a possibilidade de desvalorização futura da moeda com a necessidade de se desincentivar as importações, promovendo, por via disso, as exportações, “um dos principais objectivos do Governo”.

As novas declarações de Archer Mangureira surgem na mesma semana em que o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, nas vestes de presidente do MPLA, descartou também qualquer possibilidade de desvalorização do kwanza para já, justificando que as prioridades se concentram nas medidas que sustentem o aumento da inflação e que contribuam para o aumento da diversificação da economia. Os receios do Presidente da República fundam-se no impacto que uma desvalorização do kwanza terá sobre

os custos dos principais produtos, maioritariamente importados, e sobre o poder aquisitivo dos consumidores.

O ministro explicou, entretanto, que o Governo leva a cabo um “programa especial para atacar o lado da oferta que tem que ver com o impacto negativo que produziu a escassez de divisas na importação de produtos alimentares e de matérias-primas para a indústria”.

Como constou, o programa traduz-se num conjunto de medidas complementares, que visam atenuar os efeitos secundários da desvalorização, para que o reajuste da taxa cambial não seja uma medida isolada. “O objectivo do Governo é fazer o ajuste cambial tão logo o programa que está a ser gizado esteja em plena fase implementação”, disse Mangureira sem avançar um horizonte temporal.

A taxa de câmbio, de 168 Kwanzas por dólar, em vigor há mais de um ano, é considerada ‘administrativa’, pelo que facto de ser determinada pelo BNA e não resultar das oscilações regulares entre a procura e a oferta. Para manter a taxa de câmbio, o BNA tem sido, entretanto, obrigado a ‘defender’ o kwanza, vendendo moeda externa nos leilões realizados no mercado primário (entre banco central e bancos comerciais). É esse processo de venda que afecta as reservas líquidas e as torna insustentáveis a longo prazo, como várias vezes já admitiu o próprio governador do BNA, Valter Filipe.

Pelas contas das Finanças, o Governo desvalorizou a moeda nacional em “cerca de 165%”, entre Setembro de 2014 e Abril 2016.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, José Eduardo dos Santos, recuou com a medida que obriga a pagamentos de salários exclusivos em moeda nacional aos trabalhadores estrangeiros não residentes, permitindo que passem a receber também em moeda estrangeira, de acordo com o decreto presidencial nº78/17, de 24 de Abril.



O MINISTRO DAS FINANÇAS, Archer Manguerra, disse esperar que seja levantada a suspensão de acordos com bancos estrangeiros para correspondentes bancários na compra de dólares ainda este ano, segundo notícia o jornal Público.



DECLARAÇÕES DE FERNANDO TELES

Banco BIC critica gestão cambial do BNA

BANCA: Presidente do BIC, entre outras críticas, revela que banco central dá divisas a clientes sem kwanzas, em detrimento de outros com disponibilidade de moeda nacional para realizar compras nos 'leilões' do BNA.

Por Cândido Mendes

O banqueiro Fernando Teles, presidente do conselho de administração (PCA) do Banco BIC, criticou, na última semana, a política cambial do Banco Nacional de Angola (BNA) que determina “quanto e quem” deve beneficiar da moeda externa, vendida nos leilões, substituindo o papel dos bancos comerciais, que ficam com “pouco espaço de manobra”.

“A questão é que o BNA e o Governo decidiram que a moeda externa deveria ser disponibilizada de acordo com as prioridades do Governo”, observou o PCA do BIC, em declarações a jornalistas, acrescentando que não sabe “se é assim que está a ser feito”.

Teles, que falava no evento de apresentação dos resultados do banco, referentes ao exercício de 2016, indicou que, face à política adoptada pelo BNA, “muitos clientes têm sido preteridos”. Mas, mais do que isso, denunciou haver situações em que clientes que têm kwanzas para adquirir a moeda externa, no caso o euro, são preteridos, a favor dos que não têm kwanzas para a transacção. “Se me perguntarem se estou satisfeito com isso, não, não estou”, desabafou Teles, que admite não haver outra escolha, senão “aceitar, criar alternativas e avançar”.

No pouco “espaço de manobra” deixado aos bancos, o BIC, segundo o seu PCA, tem priorizado disponibilizar cambiais para os “casos complexos”, como empresas com dificuldades de importar produtos, e pessoas doentes que buscam tratamento no exterior. Ainda assim, nem sempre chega. “Há empresas com a corda no pescoço e outras a encerrar devido à escassez de dólares”, insiste.

NÚMEROS 2016

Activos: 1 bilião de Kz
Volume de negócios: 1,8 biliões
Rácio de solvabilidade: 14,3%
Crédito à economia: 1 bilião

O BNA adoptou a medida de gestão directa das divisas, no seguimento da crise que reduziu drasticamente as receitas petrolíferas, além da saída dos correspondentes bancários internacionais, que se retiraram do país essencialmente, por questões relacionadas com o ‘compliance’, Teles inclui, entretanto, entre as razões da fuga dos correspondentes bancários, “algum preconceito em relação a Angola”, embora admita que a adopção de “padrões internacionais vai ajudar à ter a situação normalizada.”

O Deutsche Bank foi o último dos correspondentes bancários a

abandonar Angola, numa lista antes preenchida por instituições financeiras de peso, como o Citi Bank, HBSC, Standard Chartered, além de outros actores menos ‘pesados’. Fernando Teles recorda que a retirada dos correspondentes bancários “criou dificuldades ao sistema financeiro angolano, na medida em que muitos bancos enfrentam constrangimentos em movimentar dinheiro para fora”.

No que ao seu banco diz respeito, o BIC Angola tem recorrido aos BIC Portugal, Cabo Verde, S. Tomé para a realização de operações internacionais, e, mesmo assim, encontra “alguns constrangimentos”, como aponta Teles.

Em relação à propalada intenção de fusão entre o BIC e o BFA, Fernando Teles, que várias vezes se mostrou reticente quanto à quantidade de bancos no mercado, não foi além de um breve comentário: “Espero que não nos imponham nada”. O BIC, declarou, está atento a oportunidades de negócios em



Fernando Teles,
PCA do Banco BIC

113

Mil milhões de kwanzas é quanto estão avaliados os capitais próprios do Banco BIC.

10%

Valor do crescimento dos depósitos do Banco em 2016.

países como a África do Sul, os Congos, Zimbábue e Zâmbia. Ou seja, onde houver “bons negócios”, o banco vai implantar-se.

CRESCER NA CRISE

De acordo com os dados apresentados pelo BIC, os depósitos do banco cresceram 10%, em 2016, para um total de 850 mil milhões de kwanzas, ao passo que o volume de negócios subiu para 1,85 biliões de kwanzas, relação aos 1,6 biliões de kwanzas registados no ano anterior.

Os capitais próprios do banco estão agora nos 113 mil milhões de kwanzas, um crescimento de 12%, com os activos líquidos totais do banco a subirem também em 6%, atingindo um bilião de kwanzas. O banco viu o rácio de solvabilidade regulamentar aumentar de 13,3% em 2015 para 14,3% em 2016. Com 1,3 milhões de clientes registados em 226 agências em todo o país, em 11 anos, o Banco BIC é um dos quatro maiores da praça financeira angolana.

Na mensagem do seu presidente, o crescimento registado “implicou investimentos substanciais em infra-estruturas e tecnologias de informação”, além de investimentos nas áreas de controlo interno, risco e de ‘compliance’.

Empresas & Negócios

MEDIDA ESTÁ A SER ALVO DE PROTESTOS

ENDE inicia cobrança do acumulado da taxa do lixo no Kilamba

ELECTRICIDADE. Moradores da centralidade do Kilamba contestam medida imposta pela ENDE que os priva de efectuarem a recarga eléctrica, na falta do pagamento da taxa do lixo.

Mário Mujetes © VE



Edifício sede do Ministério da Energia e Águas

Por Valdimiro Dias

A

Empresa Nacional de Distribuição de Electricidade (ENDE) arrancou com a cobrança da taxa de lixo na centralidade do Kilamba, estando, desde a semana passada, a emitir facturas de electricidade juntamente com a referida taxa.

A medida, que começou a vigorar em Fevereiro, não tinha sido, até então, extensiva à centralidade do Kilamba, devido a questões técnicas, segundo as informações oficiais. Entretanto, a activação do processo está a gerar uma série de protestos por parte dos moradores face à exigência de terem de pagar o acumulado de três meses, referentes a Fevereiro, Março e Abril, vetando-se a compra de recargas aos ‘incumpridores’.

O director do gabinete de comunicação e marketing e relações institucionais da ENDE, Pedro Bila, contactado pelo VE, recusou-se a fazer qualquer comentário sobre o assunto, indicando o Governo da Província de Luanda (GPL), como o órgão apropriado para tecer esclarecimentos sobre o assunto, na qualidade de gestor do processo.

Pedro Bila explicou, ainda assim, que o veto que está a ser imposto aos ‘incumpridores’ na compra da recarga surge em obe-

2,5

Mil kwanzas é o valor da taxa de lixo estipulada para as centralidades de Luanda.

Paulo, onde, segundo relatos, os moradores afluíram em massa à loja central da ENDE, na semana passada, para pagar a taxa.

A taxa de pagamento dos serviços de limpeza é uma orientação do decreto presidencial nº 107/16, onde se estabelece o regime jurídico pelos serviços de recolha e tratamento dos resíduos sólidos, prestados pelas administrações municipais ou entidades equipadas, estando os moradores das centralidades de Luanda obrigados a pagar, à luz deste decreto, 2.500 kwanzas ao mês de taxa.

ADDIC FALA EM ILEGALIDADE

Abordado pelo VE, o presidente da Associação Angolana de Defesa dos Direitos dos Consumidores (ADDIC), Diógenes de Oliveira, considera a medida ilegal e explica porque: “O contrato que o cliente da ENDE possui é meramente de energia, por isso não pode condicionar a prestação de serviço por falta de pagamento do outro, sendo que acaba por ser uma situação que resvala para uma ilicitude”, advoga.

Segundo o jurista, a falta de capacidade do fornecedor em preparar as condições para a cobrança não se pode impingir ao consumidor, por haver a possibilidade de os moradores possuírem condições para efectuar o pagamento logo no arranque do processo.

“Embora seja uma imposição de um decreto presidencial que todos os cidadãos devem contribuir com uma taxa para o lixo, para o caso em concreto, não há erro do consumidor, mas do fornecedor que não pode invocar a retroactividade, sendo que a ideia da cobrança se deve efectuar a partir do momento em que estejam criadas as condições para tal, devendo-se informar os clientes sobre as formas de pagamento”, referiu.

MEMORIZE

- A taxa de pagamento dos serviços de limpeza é uma orientação do decreto presidencial nº 107/16, em que se estabelece o regime jurídico pelos serviços de recolha e tratamento dos resíduos sólidos, prestados pelas administrações municipais ou entidades equiparadas.



diência ao decreto presidencial que vem regular a Taxa de Serviço de Limpeza (TSL).

O VE apurou, no entanto, que a cobrança do acumulado de três meses da taxa do lixo está a ser aplicada também nas localidades onde o serviço ainda não se fazia sentir, como é o caso do bairro São

O PRESIDENTE do conselho de administração da Empresa de Produção de Electricidade (PRODEL), José António Neto, visitou, na passada quarta-feira, o Projecto Hidroeléctrico de Capanda, município de Cacusso, em Malanje, para constatar o seu grau de funcionamento.



A NOVA FÁBRICA de lacticínios, avaliada em 91 milhões de dólares, deverá surgir, em breve, no Lubango, província da Huíla, fruto de um acordo firmado, na semana passada, entre a Unidade Técnica para o Investimento Privado (UTIP) e o grupo Silvestre Tulumba.



EVENTO ARRANCA A 1 DE MAIO EM HOUSTON

Sonangol participa em conferência sobre tecnologias no 'offshore'

PETRÓLEOS: Empresa deverá apresentar vasta gama de serviços, devendo ainda realizar seminário sobre desafios da indústria de petróleo e gás em Angola.

Por Valdimiro Dias

Technology Conference' a Sonangol vai apresentar a sua vasta gama de serviços, devendo ainda realizar um seminário que terá como tema principal "Desafios para Tornar a Indústria de Petróleo e Gás em Angola mais Competitiva".

Para as empresas petrolíferas que operam em Angola, está prevista uma apresentação sobre as 'Internacional Oil Companies' no país, e ao Ministério dos Petróleos caberá a apresentação sobre o conteúdo local, nomeadamente o momento actual do sector petrolífero angolano.

O objectivo da participação é dar seguimento ao processo de internacionalização da companhia "de forma a torná-la mais competitiva, mais sustentável e capaz de criar valor para o Estado e cidadãos angolanos", diz ainda o comunicado da Sonangol, divulgado na semana passada.

A petrolífera estatal, Sonangol participa, pela primeira vez, no 'Offshore' Technology Conference, evento que se realiza de 1 a 4 de Maio, em Houston, Texas, nos Estados Unidos da América.

Segundo um comunicado emitido pela empresa, na 'Offshore

1969

Data em que se realizou a primeira edição do 'Offshore Technology Conference', nos Estados Unidos da América.

MEMORIZE

● Esta é a segunda vez, em menos de um mês, que a Sonangol participa num evento de dimensão internacional, em Houston, nos Estados Unidos da América, depois de, em Março, ter participado, na mesma cidade, na CERAWeek, uma plataforma internacional de discussão na área de energia.



Isabel dos Santos,
PCA da Sonangol

Mário Mujetes © VE

A comitiva angolana é liderada pelo administrador João dos Santos, e é integrada pelos membros da comissão executiva da petrolífera nacional, englobando ainda representantes de participadas como Angoflex, BAI, PAENAL, Base do Kwanda, Petro-mar, Sonamet, Sonasurf e Sonils, além de responsáveis da Agência para a Promoção de Investimento e Exportações de Angola (APIEX).

A 'Offshore Technology Conference' é um evento mundial da indústria de petróleo e gás, com periodicidade anual, que se realiza desde 1969, em Houston.

Esta é a segunda vez, em menos de um mês, que a Sonangol participa num evento de dimensão internacional, em Houston, nos Estados Unidos da América, depois de em

Março ter participado, na mesma cidade, na CERAWeek, uma plataforma internacional de discussão na área de energia.

Na ocasião, a presidente do conselho de administração da Sonangol, Isabel dos Santos, foi oradora convidada no painel "Transforming Global E&P", tendo partilhado, durante a sua intervenção, as transformações que tem feito na Sonangol para a "optimização do desempenho financeiro e operacional da empresa".

No encontro, a PCA da Sonangol reuniu ainda com os presidentes de algumas das maiores companhias petrolíferas mundiais, designadamente da Chevron, ExxonMobil, Total, Grupo BP e Statoil, para "avaliar futuras oportunidades e reforçar relações de cooperação".

PUB

100.000

BOAS NOTÍCIAS PARA ANGOLA: CHEGAMOS A TODAS AS PROVÍNCIAS.

Novo Gazeta

100 MIL. SEM CUSTO.

www.novagazeta.co.ao

(In)formalizando



AGRICULTURA

UNACA

**assessora
camponeses
no Moxico**

Os camponeses do Moxico, associados em cooperativas e associações agrícolas, foram aconselhados a produzir culturas de uma só espécie de forma a aumentar os níveis de produção.

Desta forma, estariam em melhores condições para concorrer com os agricultores de outras regiões, ao invés de praticar culturas plurivalentes, defendeu o secretário provincial da UNACA, Tomás Inácio.

De acordo com o responsável, a prática de uma determinada cultura facilita a produção de maiores toneladas de produtos de origem local e o abastecimento de grandes superfícies comerciais.

A UNACA, segundo o seu director naquela região, vai continuar a sensibilizar os agricultores da província, mostrando que a prática de culturas plurivalentes concorre para o desvio de esforços da classe.

No Moxico, a UNACA controla mais de 200 associações agrícolas que envolvem 15.359 membros.

CRIADA PELA ADRA

Caixa Comunitária de Crédito apoia camponeses no Huambo

MICROFINANCIAMENTO. Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente criou 'serviço financeiro', denominado Caixa Comunitária de Crédito. Objectivo é apoiar a agricultura familiar e o pequeno comércio, nas terras do planalto central.

Por António Miguel, no Huambo

Cerca de 20 milhões de kwanzas encontram-se já em circulação, no âmbito do projecto Caixa Comunitária de Crédito (CCC), implementado pela Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA), com o objectivo de apoiar camponeses e pequenos comerciantes de comunidades rurais do Huambo.

O programa está a ser implementado em três municípios (Bailundo, Caála e Longonjo), com cinco 'caixas', cada uma com um valor

inicial de 500 mil kwanzas, totalizando 2,5 milhões de kwanzas. Nos últimos dois anos, o montante cresceu para os actuais 20 milhões de kwanzas. Os beneficiários acedem ao financiamento, através de cooperativas agrícolas e associações comunitárias.

Segundo a directora da ADRA, no Huambo, Maria de La-Salette, a criação do projecto foi motivada pelas dificuldades que os camponeses e pequenos comerciantes enfrentam no acesso ao crédito bancário, principalmente por falta de bilhete de identidade, por não saberem ler nem escrever, bem como pela falta de garantia aos bancos.

"Negociamos com os doadores-patrocinadores e foi preciso uma

série de capacitações sobre gestão financeira", conta La-Salette.

Diferente dos bancos, para beneficiar do financiamento da 'caixa', não há necessidade de constituir um avalista nem dar garantia de bens penhoráveis. O interessado deve apenas mostrar a sua moradia e projecto de actividade económica que pretende desenvolver, bem como ser conhecido como 'uma pessoa de boa conduta', na comunidade. Uma outra exigência para se ser membro do CCC passa pelo pagamento de uma jóia, que varia entre 100 e 200 kwanzas.

Tal como em linhas de crédito bancário, os devedores daquela caixa comunitária liquidam a dívida com juros, mas nunca ultrapassam os



MEMORIZE

● **Milho, feijão, batata-rena e hortícolas** são os produtos mais cultivados, no Huambo. Bailundo Caála e Longonjo são municípios de maior produção agrícola. Tirando as moagens que transformam o milho em farinha, não existe na província transformação industrial de produtos do campo.



OITO MATADOUROS, no Rocha Pinto, em Luanda, vão ser encerrados, por um período de 15 dias, devido à falta de higiene e de uniformes para os trabalhadores. A orientação é do administrador da Maianga, Fernando Cardoso.



O **MINISTÉRIO** da Justiça e dos Direitos Humanos vai, em breve, estender o Guiché Único da Empresa às restantes províncias, informou, em Luanda, o ministro Rui Jorge Mangureira.



Maria de La-Salette, directora da ADRA, no Huambo.

2,5

Milhões de kwanzas, valor inicial do microcrédito, que cresceu para 20 milhões de kwanzas.

20

Milhões de kwanzas encontram-se já em circulação no âmbito do projecto da ADRA.

1000

Valor mínimo exigido para se ser membro da Caixa Comunitária de crédito.

15%. O valor mínimo do micro crédito é de 10 mil kwanzas, enquanto o máximo está fixado em 50 mil kwanzas, com um período de carência de 30 dias. Os períodos de reembolsos variam em função do tipo de negócio do empreendedor, podendo estipular-se entre três e 18 meses. Para a actividade agrícola, por exemplo, o prazo vai até um ano e seis meses.

“Imaginemos que, numa primeira fase de reembolso, estejam 20 pessoas a reembolsar 10 mil kwanzas, estamos já perante um dinheiro que vai atender os próximos clientes. Então, o dinheiro nunca está parado. Isto está a dar bons resultados e a tendência é expandir estes serviços para outras áreas”, regozija-se a directora local

da ADRA, sem, no entanto, apontar o número de pessoas beneficiadas, avançando apenas que “as solicitações não param de chegar”.

PROGRAMA DO GOVERNO ‘ESTAGNADO’

O programa do governo do Huambo de financiamento a cooperativas de camponeses, denominado Crédito Agrícola Familiar, encontra-se suspenso, há mais de um ano, face à crise financeira que o país vem enfrentando, segundo constatou o VE.

As cooperativas de agricultores, do Huambo, beneficiam de créditos deste programa público em montantes equivalentes, entre mil e cinco mil dólares. “Começou há

um ano e bem. Fez-se a listagem das cooperativas, associações e do número de famílias, que elas envolvem, mas, depois, entramos neste contexto de crise”, lamentou uma fonte próxima ao processo.

O projecto chamava-se apenas Crédito Agrícola, tendo mais tarde evoluído para Crédito Agrícola Familiar. No entanto, em 2013 e ainda com a antiga denominação, vários camponeses não reembolsaram os valores cedidos, alegadamente, porque pensaram que se tratava de oferta.

“Hoje, o que se diz é que, por causa da denominação, as pessoas pensavam que se tratava de um crédito de campanha política, fruto disso, muita gente não pagou o reembolso do Crédito Agrícola”, explica a fonte.

PUB

Todas as segundas-feiras Angola tem mais...

Assinaturas:
assinaturas@gem.co.ao
comercial@gem.co.ao



GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA
Contactos comerciais: 941 784 791 - 941 784 792
Rua Fernão Mendes Pinto, nº 35, Alvalade, Luanda - Angola

DE JURE

SEM CONSENSO

Parlamento aprova lei sobre 'Gestoras de Património'

A Assembleia Nacional aprovou, na semana passada, o projecto-lei que autoriza o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, a legislar sobre as sociedades gestoras de patrimónios. Um processo, no entanto, chumbado pela oposição.

O diploma visa a regulamentação das Sociedades Gestoras de Patrimónios, enquanto instituições financeiras não bancárias ligadas ao mercado de capitais e ao investimento.

A UNITA, maior partido da oposição, votou contra a nova lei, argumentando, na sua declaração de voto, que Angola não tem estrutura para o funcionamento pleno deste mercado, uma vez que "estamos numa situação de quase ruptura dos recursos financeiros, com o registo do fecho de empresas e de instituições financeiras a decretarem falência".

Por sua vez, a secretária de Estado do Orçamento, Aia-Eza Nacília da Silva, esclareceu que as Sociedades Gestoras de Patrimónios são instituições financeiras não bancárias, vocacionadas para a gestão de património privado, para além da prestação de serviços de consultoria em matéria de investimento.

A governante realçou a importância do surgimento das Sociedades Gestoras de Patrimónios, uma vez que "o país está a crescer, e é natural que comecem a aparecer pessoas com uma estrutura financeira mais sólida e robusta".



Justiça espanhola constituiu como arguido Guilherme Taveira.

POR CORRUPÇÃO

Luso-angolano constituído arguido em Espanha

JUSTIÇA. Guilherme Taveira Pinto é tido como figura central no caso de corrupção que investiga sobre facturação na obra de construção do mercado abastecedor de Luanda.

Por Redação

A Justiça espanhola constituiu como arguido e quer ouvir o luso-angolano, Guilherme Taveira Pinto, como figura central no caso de corrupção que investiga a sobre facturação na obra de construção do mercado abastecedor de Luanda, em Angola. Na acusação, o juiz espanhol

José de la Mata afirma que Taveira Pinto recebia as transferências feitas por empresas espanholas e distribuía-as pelos "seus verdadeiros beneficiários finais".

A notificação, segundo a agência Lusa, faz um relato dos vários pagamentos feitos, reforçando que os indícios colocam em evidência "a existência de uma estratégia concertada e executada entre Taveira e determinadas pessoas com vínculo ao consórcio para obter contratos com as autoridades angolanas através da entrega de dinheiro, presentes, viagens a altos funcionários responsáveis

533

Milhões de euros é o valor total dos contratos assinados pela empresa espanhola Mercasa para a construção de um mercado abastecedor, em Luanda.

pela adjudicação e/ou execução dos mesmos".

Estas dádivas, segundo ainda a notificação, "eram sufragadas através da sobre facturação dos orçamentos apresentados às autoridades angolanas".

Estas diligências são feitas no âmbito da investigação à "Mercasa", uma das principais empresas públicas espanholas, que faz a gestão dos mercados abastecedores nas principais cidades do país.

A empresa assinou, através da participada "Mercasa Incatema", uma série de contratos para realizar um projecto para um

mercado abastecedor em Luanda, num total de 533 milhões de euros (578,8 milhões de dólares), dos quais terão sido pagos 20 milhões de euros (21,7 milhões de dólares) em comissões.

Segundo o documento de notificação, a situação que está a ser investigada indicia delitos continuados de "corrupção em transacções económicas internacionais, branqueamento de capitais e organização criminosa".

Esta investigação avançou de forma decisiva depois de conhecidas as ligações entre o caso de corrupção na companhia das águas de Madrid, "Canal Isabel II", e a empresa também pública "Mercasa".

Um dos chamados mercados abastecedores de Luanda de referência está situado na zona do Benfica, município de Belas. O empreendimento dispõe de quatro naves, cada uma com sete metros de altura ocupando uma área de 1.250 metros quadrados. Outros empreendimentos do género deverão surgir em Viana e Cacucaco, segundo informação oficial.

LANÇAMENTO
DO LIVRO

Boom
Crescimento
continente
Infraestruturas
Desenvolvimento
Viragem
Economia
Democracia
Futuro
Questões
intelectuais
estabilidade
Cooperação
Olhar
População
Política
pobreza
Potências
africanistas
Liderança
demográfico
Integração
Regional

Pensar África

DE ADEBAYO VUNGE

04 maio
(quinta-feira)

18H30

Memorial
Agostinho Neto
Luanda



ROSA DE PORCELANA
editora

Banco Keve
O BANCO À SUA MEDIDA

APRESENTAÇÃO
Professor Doutor José Octávio
Serra Van-Dúnem.



Gestão

EMPRESA EXISTE HÁ 154 ANOS

Grupo Bayer: um 'gigante' no mundo farmacêutico



SAÚDE. Empresa centenária, de origem alemã, persiste às intempéries do tempo, apresentando-se, ainda hoje, como das maiores referências do mundo farmacêutico. No ano fiscal de 2016, o grupo empregou cerca de 115,200 mil pessoas e teve uma facturação de 46,8 mil milhões de euros.

Por António Nogueira

A pesar de não ser considerada a primeiríssima das primeiras no negócio da saúde, a Bayer aparece sempre ao lado das mais cotadas do ramo nos distintos rankings internacionais sobre a matéria, destacando-se, sobretudo, pela capacidade de inovação no que se refere aos produtos que lança no mercado.

Do investimento realizado no ano passado, um total de 2,6 mil milhões de euros, o grupo gastou cerca de 4,7 mil milhões de euros para investigação e desenvolvimento. Um 'segredo' que o man-

tém vivo até hoje, desde que criou a aspirina, em 1897.

A aposta da empresa no segmento farmacêutico surgiu em 2006, quando escolheu a divisão de medicamentos como o seu core business, depois de se ter focado, durante largos anos, na aquisição de activos nas áreas de materiais industriais e no segmento de agricultura.

Foi precisamente nessa altura, no intuito de injectar uma dose extra nos negócios farmacêuticos, que a Bayer anunciou a compra por 16,2 mil milhões de euros do laboratório alemão Schering (fundado por Ernest Schering em 1851), com grande destaque nas áreas de ginecologia e andrologia, oncologia, terapêuticos especializados e diagnósticos por imagem, para integrar a divisão farmacêutica da empresa.

Com um amplo portfólio dos

HISTÓRIA

A Bayer iniciou actividades a 1 de Agosto de 1863, numa modesta casa, no vale do rio Wupper, cidade de Barmen, na Alemanha, onde o comerciante de corante Friedrich Bayer e o mestre tintureiro Johann Friederich Weskott instalaram uma pequena fábrica para produzir e distribuir corantes sintéticos para tingimento de tecidos na indústria têxtil.

Inicialmente a empresa foi registada na junta comercial do município de Elberfeld, com o nome de Friedr. Bayer et Comp.

Após o falecimento dos fundadores da empresa, os dirigentes da Bayer decidiram transformá-la em sociedade anónima: foi desta forma que se constituiu, no ano de 1881, a Farbenfabriken vorm. Friedr. Bayer & Co., com capital inicial de cinco milhões de marcos. Nesta época a

chamados remédios altamente especializados, a Schering passou, desde então a dar à Bayer o que lhe faltava: o título de um laboratório farmacêutico com tecnologia de ponta para superar a fama de fabricante de remédios de balcão que a inventora da aspirina tinha até o momento. Com essa aquisição, a Bayer saiu da 16ª. para a 12ª. posição no ranking das maiores fabricantes de medicamentos do mundo, na altura.

empresa, já em franca expansão, contava com várias fábricas e 384 colaboradores, dos quais 14 eram químicos. A empresa tinha forte presença no mercado mundial, comercializando seus corantes nas mais importantes metrópoles da indústria têxtil, tanto na Europa como nos Estados Unidos.

No final desta década, em 1888, foi instalada uma pequena divisão farmacêutica, que resultaria na patente da aspirina, conseguida exactamente no dia 10 de Outubro de 1897. Em 1899, a Bayer já distribuía a aspirina, que se tornaria a marca de analgésico mais conhecida e consumida do mundo, para os médicos receitarem aos seus pacientes. Com a aspirina, o core business da empresa durante 40 anos, a BAYER descobriu o "Ovo de Colombo".

O principal motivo da aquisição, porém, pareceu ser mesmo o desenvolvimento de novos produtos com alto valor agregado. Enquanto a Schering era líder mundial em contraceptivos e detinha uma linha forte de combate ao cancro, a Bayer concentrou-se em drogas cardiovasculares e nos remédios que dispensam receita médica. Desde então, o foco da empresa passou a estar centrado nas tecnologias de medicina e de segurança e no uso de plan-

tas para o desenvolvimento e fabricação de produtos farmacêuticos.

AS DIVISÕES DE NEGÓCIOS

Em 2002, a Bayer passou pela maior reestruturação mundial da sua história. Foram então criadas três divisões de negócios que operam de maneira quase independente e estão totalmente alinhadas aos seus respectivos mercados de actuação como saúde, ciências agrícolas e materiais inovadores.

A primeira das divisões, a Bayer Health Care, responsável por 47% da facturação global da empresa, oferece soluções, utilizando tecnologia de última geração, para a saúde humana e animal com base em produtos inovadores para a prevenção, diagnóstico e tratamento das mais diversas doenças.

Com um amplo portfólio de produtos e uma 'eficiente' rede de pesquisa e desenvolvimento, a segunda divisão, a Bayer CropScience, é uma das líderes mundiais em ciências agrícolas e inovação nas áreas de sementes, protecção de cultivos e controlo de pragas não-agrícolas, com presença em mais de 120 países.

A Bayer MaterialScience, a terceira divisão, tem a missão de transformar ideias em soluções criativas e inovadoras, sendo especializada em polímeros e sistemas de alta tecnologia e fornecedora de matérias-primas para a indústria de importantes mercados mundiais.

Tarde demais para compensar os perdedores do comércio livre



Dani Rodrik

Comparado à maioria dos países europeus, os EUA chegou tarde à globalização. Até recentemente, o seu grande mercado doméstico e relativo isolamento geográfico providenciaram uma considerável protecção de importações, particularmente oriundas de países com salários baixos. Tradicionalmente os EUA tinha também um Estado social fraco.

Parece que ultimamente emergiu um novo consenso entre as elites políticas e do mundo dos negócios sobre como resolver a onda anti-globalização que populistas como Donald Trump têm explorado com tanto sucesso. Idas são as suposições confiantes de que a globalização beneficia toda a gente: temos, as elites agora reconhecem, que aceitar que a globalização produz tanto ganhadores como perdedores. Mas a resposta correcta não é travar ou inverter a globalização; é assegurar que os perdedores são recompensados.

O novo consenso é afirmado de forma sucinta por Nouriel Roubini: a onda anti-globalização “pode ser contida e gerida através de políticas que compensem os trabalhadores pelos danos e custos colaterais”, defende. “só através da promulgação dessas políticas os perdedores poderão começar a pensar que eventualmente se vão juntar às fileiras dos ganhadores.”

Este argumento parece fazer sentido eminente, tanto económica como politicamente. Os economistas defendem há muito que a liberalização do comércio causa tanto redistribuição como perdas absolutas para alguns grupos, mesmo quando alarga o bolo económico total de um país. Portanto, as trocas comerciais, sem dúvida, aumentam o bem estar nacional quando os vencedores compensam os perdedores. Esta compensação também assegura apoio para o comércio vindo de eleitorais mais vastos e isso constitui boa governação.

Antes do Estado social, a tensão entre abertura e a redistribuição era resolvida ou através emigração de larga escala de trabalhadores ou pela reintrodução de protecção comercial, especialmente na agricultura. Com o crescimento do Estado social, esta restrição tornou-se menos obrigatória, levando a mais liberalização. Hoje os países avançados, que são os mais expostos à economia internacional, são também os que tem pro-

gramas de seguro social – Estados sociais- mais extensos. Estudos na Europa demonstraram que os perdedores da globalização tendencialmente favorecem programas sociais mais activos e intervenções públicas no mercado de trabalho.

Se a oposição ao comércio não se tornou politicamente saliente na Europa até hoje, é em parte porque essas redes de protecção social se mantêm fortes, apesar de terem enfraquecido nos últimos anos. Não será exagero afirmar que o Estado social e a economia de mercado têm sido lados da mesma moeda durante grande parte do século XX.

Comparado à maioria dos países europeus, os EUA chegou tarde à globalização. Até recentemente, o seu grande mercado doméstico e relativo isolamento geográfico providenciaram uma considerável protecção de importações, particularmente oriundas de países com salários baixos. Tradicionalmente os EUA tinha também um Estado social fraco.

Quando os EUA se começaram a abrir a importações vindas do México, China e de outros países em vias de desenvolvimento nos anos 80, poder-se-ia esperar que seguisse o modelo europeu. Em vez disso, ante uma onda de ideias ‘Reagenistas’ e fundamentalistas de mercado, os EUA seguiram na direcção oposta. Como Larry Mishel, presidente do Instituto para a Política

Económica, coloca, “ignorar os perdedores foi deliberado.” EM 1981, o programa de Ajustamento e Assistência Comercial (AAC) foi um dos primeiros que Reagen atacou, cortando os seus pagamentos semanais.

O estrago continuou sob subseqüentes administrações democráticas. Nas palavras de Mishel, “se os liberais se importassem de facto com a classe trabalhadora, teriam apoiado um leque completo de políticas que defendessem o crescimento salarial: o emprego, a negociação colectiva, qualificação da mão-de-obra, um salário mínimo robusto e por aí fora.” E tudo isto poderia ter sido feito antes de “introduzir os ‘choques’ da expansão do comércio com países de mão-de-obra barata”

Poderia agora os EUA inverter a posição e seguir a nova sabedoria convencional emergente? Em 2007, o cientista Ken Sche e o economista Matt Slaughter apelaram à “introdução de uma globalização renegociada” nos EUA, que iria conectar o “comprometimento com a economia mundial a uma substancial redistribuição da renda.” Nos EUA, defendiam eles, isto significaria a adopção de um sistema federal de impostos bastante mais progressista.

A chacina serviu durante a administração republicana do presidente George W. Bush. O que é indicação do quão polarizado se tornou o clima

político, que é impossível imaginar propostas semelhantes saídas do círculo republicano hoje em dia. O esforço de Trump e dos seus aliados no congresso para castrar o programa de seguro de saúde do anterior presidente Barack Obama, reflete o comprometimento republicano com a contenção, e não expansão, das protecções sociais.

O consenso acerca da necessidade de compensar os perdedores da globalização presume que os ganhadores estão motivados por interesse próprio esclarecido – que acreditam que a participação dos perdedores é essencial para manter a abertura económica. A presidência de Trump tem revelado uma perspectiva alternativa: a globalização, pelo menos como está construída actualmente, faz pender a balança do poder político na direcção de quem tem capacidades para beneficiar da abertura, o que ultrapassa qualquer influência organizada que os perdedores possam ter. Descontentamento incubado quanto à globalização, ficou demonstrado por Trump, pode ser facilmente canalizado para servir uma agenda totalmente diferente, mais alinhada com os interesses das elites.

A política da compensação está também sempre sujeita a um problema que os economistas chamam de “inconsistência temporal”. Antes de uma nova política, digamos acordo comercial – ser adoptado - os beneficiários têm incentivo para prometer compensação. Uma vez que o acordo esteja em vigor já têm pouco interesse em cumprir, ou porque a reversão tem custos para todos ou porque o equilíbrio de poder mudou a seu favor.

A época da compensação já veio e já foi. Ainda que fosse uma abordagem viável há duas décadas, já não serve como resposta prática aos efeitos adversos da globalização. Para puxar os perdedores, vamos ter de considerar mudar as regras da própria globalização.



Professor de Economia Política Internacional na Universidade De Harvard.

Internacional

GOVERNO ACUSA ESTADOS-MEMBROS DE INGERÊNCIA

Venezuela abandona Organização dos Estados Americanos

CRISE. Processo de retirada oficial da Venezuela da OEA poderá demorar dois anos e custar ao país o pagamento de uma dívida, que tem para com a organização, na ordem dos 8,7 milhões de dólares.

A Venezuela decidiu abandonar a Organização dos Estados Americanos (OEA), o anúncio foi feito pela ministra venezuelana de Relações Exteriores, Delcy Rodríguez, deixando claro que o processo da retirada oficial já iniciou.

“Iniciaremos um procedimento que demora 24 meses. A Venezuela não participará em nenhuma actividade em que se pretenda posicionar o intervencionismo e a ingerência de um grupo de países que só procura perturbar a estabilidade e a paz do nosso país”, afirmou a governante.

O anúncio do abandono foi, na sequência de a Organização dos Estados Americanos ter aprovado uma convocação para uma

reunião de ministros dos Negócios Estrangeiros da organização, com o objectivo de analisar a crise política da Venezuela.

Segundo a ministra, há um grupo de países da OEA que pretendem prejudicar o Presidente Nicolás Maduro e a revolução bolivariana. “São acções dirigidas por um grupo de países mercenários da política para restringir o direito ao futuro, do povo da Venezuela, o direito a viver tranquilamente”, frisou.

A OEA aprovou a reunião para debater a Venezuela, com carácter de urgência. A resolução teve 19 votos a favor, 10 contra, quatro abstenções e uma ausência. Votaram a favor a Guiana, Bahamas, Santa Lucia, Argentina, Barbados, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Estados Unidos, Honduras, Guatemala, Jamaica, México, Panamá, Paraguai, Peru e Uruguai.

8,7

Milhões de dólares é quanto deverá custar o processo de retirada oficial da Venezuela da OEA.

MEMORIZE

- O anúncio do abandono surgiu quando a Organização dos Estados Americanos decidiu aprovar uma convocação para uma reunião de ministros dos Negócios Estrangeiros da organização, com o objectivo de analisar a crise política da Venezuela.



Delcy Rodríguez, ministra das Relações Exteriores da Venezuela.

Ao finalizar a votação o embaixador permanente da Venezuela na OEA, Samuel Moncada, condenou a realização da reunião extraordinária, para debater sobre assuntos internos venezuelanos, sublinhando que Caracas não aceitará uma “tutelagem” de nenhum organismo. “Não reconhecemos o que se pretende impor. Nós opomo-nos a esta resolução violada e anti-jurídica. Defendemos a soberania da Venezuela em qualquer circunstância”, afirmou o embaixador venezuelano.

O processo de retirada oficial da Venezuela da OEA poderá demorar dois anos e custar ao país o pagamento de uma dívida, que tem para com a organização, na ordem dos 8,7 milhões de dólares. Entretanto, a economia e a sociedade venezuelanas estão a um passo da rutura, depois de o governo intensificar a persegui-

ção a oposição.

O presidente venezuelano, Nicolas Maduro, é acusado de bloquear iniciativa que pudesse levar à convocação de eleições, como consequência de o Supremo Tribunal publicar as sentenças que removiam a imunidade de deputados de partidos da oposição, acto considerado como usurpação de poderes da Assembleia Nacional. No Supremo Tribunal é constituído por juizes nomeados directamente pelo presidente Maduro.

No seu relatório, a Amnistia Internacional acusa o presidente da Venezuela de uso ilegal do sistema judicial para perseguir a oposição, com o recurso “a detenções arbitrarias por motivos políticos e sem ordem judicial e lançamento de campanhas de difamação contra a oposição na imprensa, bem como o uso da prisão preventiva sem apresentação de queixa.

AS RECEITAS petrolíferas da Líbia baixaram de 53 mil milhões de dólares, em 2012, para 4,8 mil milhões de dólares, em 2016, representando uma baixa de 91%, segundo o banco central do país.



O BANCO norte-americano, Goldman Sachs, inicia, em 2018, a transferência das operações e de trabalhadores de Londres para escritórios dentro da União Europeia, na sequência do “Brexit”.



A iniciativa fez diminuir a procura do carvão vegetal.

MOÇAMBIQUE

Gás a partir de lamas

Moçambique está, desde o início deste ano, a produzir gás butano, com base em lamas fecais e resíduos sólidos provenientes dos esgotos e lixo reciclado, recolhido nas ruas e em fossas de residências.

Embora em pequena escala, o Centro Comunitário Multifuncional de Energias Renováveis, a fabricante do gás, possui uma capacidade de produção de cerca de 12 mil litros de gás por dia, distribuído para instituições públicas e moradias do bairro da Munhava.

De acordo com o presidente do Conselho Municipal da Cidade da Beira, o local onde a fábrica de gás está instalada, Daviz Simango, o projecto é financiado pelo programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-

Habitat), em parceria com o governo moçambicano.

Prevê-se que o projecto poderá vir a beneficiar mais de 500 famílias, que antes estavam sujeitas a usar outros meios para confecionar a sua alimentação.

Daviz Simango fez saber ainda que está em curso um estudo de viabilidade, com vista a apurar o número exacto de instituições públicas, privadas e de famílias interessadas no projecto. A iniciativa fez diminuir a procura de lenha ou carvão vegetal para uso doméstico.

Estimado em 158 mil dólares, o centro constitui uma área de novas experiências, isto na produção e uso de várias formas de energia renovável, usando o sistema de biogás para lixo humano e produção de energia solar. Além de beneficiar a comunidade local, algumas universidades da cidade da Beira têm enviado estudantes para estagiarem naquele projecto.

VOOS DO MÉDIO ORIENTE PARA OS EUA

Passageiros diminuem

As restrições impostas pela administração norte-americana quanto a viagens e ao transporte de dispositivos electrónicos no interior de aviões com destino aos Estados Unidos da América (EUA) foram um dos temas que dominou a feira Internacional de Turismo no Médio Oriente, que terminou sexta-feira, nos Emirados Árabes Unidos. O número de passageiros de voos de longo curso que chegou aos EUA caiu 4,3% no primeiro trimestre do ano. A redução foi reconhecida pela Qatar Airways que adiantou que os números ainda não são significativos.

“Existem incertezas quanto a certas categorias de passageiros que estão preocupados sobre por que razão não podem levar consigo os seus computadores portáteis. A administração norte-americana criou um problema de percepção relativamente à segurança que, na minha opinião, não era necessário”, adiantou Akbar Al Baker, presidente da companhia.

A maior transportadora do Médio Oriente, a Emirates, registou uma queda de 4,3% no número de passageiros que pretendem voar para os Estados Unidos. Reagindo à redução, a Emirates anunciou a intenção de diminuir o número de voos para os EUA para explorar outros destinos de viagem enquanto parte do seu programa de expansão.

Número de passageiros para os EUA quedou 4,3% no primeiro trimestre do ano.



BRASIL

Sindicatos criticam reforma laboral

O número de desempregados no Brasil atingiu o recorde de 14,2 milhões de pessoas no primeiro trimestre de 2017, o que representa 13,7% da força de trabalho do país, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e estatística (IBGE).

É o valor mais alto do desemprego no país desde 2012, quando a taxa começou a ser medida com mais rigor pelo IBGE. Nos três primeiros meses de 2017, o desemprego saltou 2,8 pontos percentuais frente ao mesmo período de 2016 e 1,7 pontos percentuais em comparação com os dados registados entre Outubro e Dezembro, do ano passado.

O número de desempregado cresceu 14,9% em relação ao trimestre anterior e 27,8% em relação aos meses de Janeiro e Março de 2016. A população ocupada, por sua vez, caiu 1,9% face ao mesmo trimestre de 2016 e situou-se em 88,9 milhões de pessoas. Os dados negativos do mercado laboral reflectem a profunda recessão que afecta o Brasil, há mais de dois anos. No ano passado, o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro encolheu 3,6%.

Analistas do mercado financeiro acreditam que o PIB do Brasil vai sair do território negativo este ano e crescer à volta de 0,4%.

BANCO MUNDIAL PARTICIPA NO PROCESSO

Companhia área de Cabo Verde privatizada

OBanco Mundial (BM) duplicou o financiamento para Cabo Verde para os próximos três anos, passando de 42 milhões de dólares para 90 milhões, segundo o primeiro-ministro cabo-verdiano,

Ulisses Correia e Silva.

De acordo com Ulisses Correia e Silva, citado pela Panapress, “isto é o resultado de um grande esforço de restauração da confiança junto dessa instituição”, confiança que, precisou, “estava degradada devido o mau momento em que companhia aérea cabo-verdiana TACV estava mergulhada, influenciando, termos de riscos,

a economia do país. No entanto, a empresa vai ser reestruturada e privatizada com o apoio do BM.

O primeiro-ministro cabo-verdiano sublinhou que Cabo Verde já recuperou a confiança de vários países e instituições, como o Banco Mundial e a União Europeia (UE), sem pormenorizar como deverá ocorrer a privatização da TACV e à questão

de isenção unilateral de vistos a cidadãos da União Europeia, que está a gerar alguma polémica no país. Segundo o próprio chefe do governo do país africano, os cidadãos cabo-verdianos defendem que a situação dos vistos devia merecer reciprocidade por parte dos países europeus em relação aos cabo-verdianos que viajam para a Europa.

Ambiente

O plástico pode levar até 450 anos para se decompor na natureza.



INSECTO VAI COMBATER A POLUIÇÃO

Descoberta lagarta capaz de decompor sacos de plástico

BIOTECNOLOGIA. Lepidóptero come sacos de plástico, uma maneira de 'lutar' contra a poluição com plástico. É um dos materiais existentes no planeta mais difíceis de se decompor.

Cientistas europeus descobriram uma lagarta que come sacos, o que poderá significar uma maneira de combater a poluição com plástico, um dos materiais cuja composição é das mais difíceis que se conhecem no mundo.

A chamada traça da cera, cujas larvas são criadas para usar como isco para a pesca, é um flagelo para as colmeias de abelhas na Europa, e foi por coincidência que uma cientista que também é apicultora descobriu como podem acelerar a degradação do

polietileno.

Quando Frederica Bertocchini, do Instituto de Biomedicina e Biotecnologia de Cantábria, em Espanha, limpava as larvas que vivem como parasitas da cera de abelha de uma das suas colmeias, pô-las num saco de plástico e reparou que, pouco tempo depois, apareceram buracos no saco.

A cientista experimentou então juntar cerca de cem lagartas com um saco de plástico comum de um supermercado britânico e verificou que os primeiros buracos apareceram ao fim de 40 minutos.

Após 12 horas, tinham desaparecido 92 miligramas de plástico, um ritmo muito superior ao que os cientistas já experimen-

MEMORIZE

● **Lepidóptero** é a ordem dos insectos tipicamente com dois pares de asas escamosas, armadura bucal sugadora e com metamorfoses completas, correntemente denominados borboletas.

38

por cento do plástico usado na Europa acaba em aterros.

taram com bactérias que conseguem consumir apenas 0,13 miligramas por dia.

“Se uma única enzima for responsável por este processo químico, a sua reprodução em grande escala com métodos biotecnológicos deverá ser possível”, afirmou Paolo Bombelli, da Universidade britânica de Cambridge, e o principal autor do estudo divulgado na publicação especializada *Current Biology*.

O polietileno é usado principalmente em embalagens e representa 40 por cento dos produtos plásticos usados na Europa, onde 38% do plástico acaba em aterros sanitários.

Cerca de um trilhão de sacos

de plástico é usado todos os anos, representando um fardo enorme para o ambiente, uma vez que o plástico é altamente resistente e mesmo quando começa a decompor-se continua fragmentado e espalhado pelos ecossistemas.

Como as larvas conseguem comer plástico ainda não está completamente estudado, mas os investigadores sugerem que a decomposição da cera das abelhas e dos plásticos pelas larvas envolve um processo químico semelhante.

Frederica Bertocchini salientou que a cera é “um polímero, uma espécie de ‘plástico natural’ com uma estrutura semelhante ao polietileno”.

Educação & Tecnologia

INVESTIMENTO AVALIADO EM MAIS DE DOIS MILHÕES DE DÓLARES

Estradas na Califórnia vão produzir energia eléctrica

INOVAÇÃO. Sensores instalados no pavimento vão gerar electricidade quando pressionados. Em estradas com muito movimento, pode constituir uma boa fonte de energia.

Além das duas soluções apoiadas pela Califórnia, já há outros sistemas para produzir electricidade com a passagem dos carros.

A

Califórnia, nos EUA, vai financiar dois projectos destinados a testar a viabilidade da piezoelectricidade nas estradas.

Apenas 800 metros de via poderão ser suficientes para alimentar 5.000 lares.

Depois das estradas com painéis solares, finalmente chegam as estradas capazes de gerar electricidade simplesmente através da passagem dos veículos sobre o asfalto. As autoridades da Califórnia, nos EUA, decidiram disponibilizar mais de dois milhões de dólares para avaliar a viabilidade desta solução, e vão mesmo financiar dois projectos experimentais, que propõem a piezoelectricidade como fonte geradora de energia ligada ao pavimento.

O princípio subjacente a esta solução é simples. Como alguns

MEMORIZE

● **Piezoelectricidade** é a capacidade de alguns cristais gerarem tensão eléctrica por resposta a uma pressão mecânica. O termo piezoelectricidade provém do grego piezein, que significa apertar/pressionar. Referente à geração de corrente eléctrica, juntou-se a designação electricidade, de modo que piezoelectricidade é interpretada como a produção de energia eléctrica devido à compressão sobre determinados materiais.

não pensaram duas vezes diante da mais nova solução geradora de energia, embutindo sensores piezoeléctricos nas estradas, de forma a transformar em electricidade a simples passagem dos veículos sobre as mesmas. Com ou sem sensores, a força exercida pelos veículos sobre o asfalto vai sempre existir.

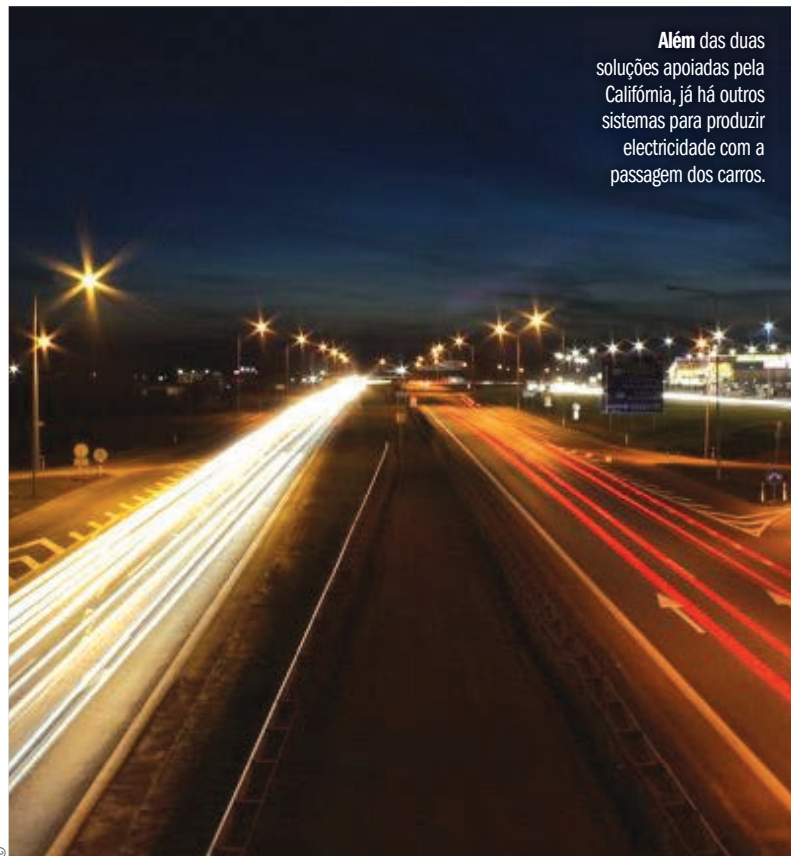
Um dos projectos em questão prevê a instalação de uma fina rede de pequenos sensores piezoeléctricos num troço de asfalto de 60 metros de uma universidade californiana. Estima-se que seja necessária a passagem de, pelo menos, 400 veículos por hora para tornar economicamente válida esta solução. Algo que não será difícil de alcançar em inúmeros locais do território americano.

O segundo projecto é mais ambicioso e fará uso de 800 metros de auto-estrada, também com sensores piezoeléctricos embutidos, para alimentar, potencialmente, 5.000 lares. Aqui, outros dos elementos em análise serão as eventuais consequências para o pavimento, em termos de durabilidade e desgaste, resultantes da montagem dos referidos sensores.

500

número de casas que o projecto poderá beneficiar quando concluído.

cristais têm a capacidade de gerar uma tensão eléctrica quando sujeitos a uma pressão, as autoridades daquele estado norte-americano



REDES SOCIAIS

LinkedIn atinge 500 milhões de utilizadores

A rede social focada no mercado profissional, o LinkedIn, atingiu, na passada semana, a meta dos 500 milhões utilizadores, um marco que nenhuma comunidade profissional tinha conseguido alcançar. O LinkedIn tem 200 países

ligados, mais de dez milhões de vagas de emprego, acesso a mais de nove milhões de empresas e com um total de mais de 100 mil artigos publicados todos os dias.

Lançada a 5 de Maio de 2003, a rede social focada no mundo profissional tem conseguido manter-se no activo ao longo dos últimos 14 anos, apostando sempre em oferecer aos utilizadores uma experiência simples e intuitiva para

que consigam entrar em contacto com diversas empresas, profissionais e, também, para ajudar a combater o desemprego.

Na rede social é possível procurar emprego, criar um currículo online num formato mais apelativo e com a possibilidade de partilhar os trabalhos criados. Pode ainda recomendar e ser recomendado ou destacar algumas das suas competências.



Os Emirados Árabes Unidos têm o maior número de utilizadores ligados a esta rede.

Marcas & Estilos

Elegância ao máximo

Claro que não se trata de um drama! Esta peça da Lace Side Bell Bottom dá muito que falar por ser uma silhueta 'sexy' e confeccionada em costura macia de encaixe, com cintura alta e sinos super grandes. As longas costuras rendilhadas permitem que se revele a sua elegância ao máximo.

Charmes marinhos

A pasta da Duffle em couro moldado dispõe de duas alças vermelhas, um azul-marinho único, e um destacável charme de couro na base do punho. O selo do logótipo no tom ouro ressalta o seu aspecto.

Alta frequência

O KEF BLADE é um alto-falante cujos armários elegantes e curvilíneos são individualmente feitos à mão no Reino Unido para cada cliente. Caracteriza-se por combinar as 'drivers' de alta e média frequências em um.

Escapadelas de sonho

Com a agitação do dia-a-dia, e as escapadelas do fim-de-semana, a Acheson, uma pasta fabricada para acomodar e acompanhá-lo nas suas viagens, ajudá-lo-á a transportar os seus objectos, sonhos e muito mais.

Gostos complexos

O Titanium Blue SpidoLite II de Linde Werdelin distingue-se pelo corpo, composto por um esqueleto de titânio artesanal com um mostrador azul e detalhes em laranja. A sua construção é um verdadeiro testamento para o artesanato supremo do design de um relógio tecnicamente complexo.

Imagens versáteis

A EOS 5D Mark IV baseia-se no poderoso legado da série 5D, oferecendo refinamentos surpreendentes em qualidade de imagem, desempenho e versatilidade. O compromisso da Canon com a excelência da imagem é a alma da Mark IV. Fotógrafos de casamentos e retratos, de natureza e paisagem, e especialistas em videografia irão apreciar o brilho e o poder que esta Canon oferece.

TURISMO

Pungo Andongo, paisagem única

É bem no meio do nada que surge uma enorme e magnífica formação rochosa de uma beleza incrivelmente espectacular. A pouco mais de uma centena de quilómetros da cidade de Malanje, as Pedras Negras de Pungo A'Ndongo oferecem aos seus visitantes um visual imperdível! São uma das mais importantes atracções turísticas de Angola. Reza a lenda que as pegadas esculpidas na rocha são da Rainha Nzinga Mbandi.

Apesar de o acesso ao miradouro não ser fácil, vale a pena experimentar a recompensa da belíssima vista do rio Kwanza, que lhe proporciona uma paisagem única.



AUTOMÓVEL

Em busca de aventuras

O Jimny 2017 gera expectativas de actualização há alguns anos. E não sem motivos. O 'jipinho', lançado no Japão em 1970, praticamente não foi actualizado desde então. A sua natureza aventureira permitiu que a Suzuki se 'esquecesse' de actualizar o modelo, apostando que a sua capacidade de campo suprisse as demandas.

Não há, no entanto, espírito de aventura suficiente para vencer o envelhecimento de quase meio século. Neste tempo, o Jimny tornou-se cada

vez mais 'civilizado' e desenvolvido como mistos de sofisticação urbana e potencial off-road.

Pela sua passividade em relação ao mercado, o Suzuki Jimny 2017 viu-se num segmento de nicho ainda mais específico: quem busca exclusivamente por aventura. O anúncio da actualização, feito ainda em 2014, deixou clara a valorização deste segmento: o Suzuki Jimny 2017 não deve ser um veículo confortável no asfalto do que nas trilhas.



AGENDA

LUANDA

TODAS AS QUINTAS

O Movimento Lev'Arte apresenta poesia 'Eu Vivo', no Kings Club, Vila Alice. Das 19 às 21 horas.

3 DE MAIO

Apresentação do livro 'Minhas Outras Vidas', do poeta e escritor Kardo Bestilo, na Mediateca de Luanda. Às 18h:30 minutos. O livro será vendido a 2.000 kwanzas.

5 DE MAIO

3.ª Edição do ciclo de palestras sobre empreendedorismo e excelência profissional, na Mediateca Zé Du. A partir das 15 horas. Ingressos a 2.500 kwanzas.

6 DE MAIO

5.ª Edição do Festival 'Sons do Atlântico', com Seu Jorge, Ana Carolina, Nelson Freitas, Tito Paris, Yola Semedo, Eduardo Paim, Ary, NSoki, CEF, Lil Saint e Puto Prata. A partir das 18 horas, na Tenda da Baía de Luanda, junto ao Porto.

7 DE MAIO

Show de humor com Os Tuneza, no Pavilhão Saydi Mingas, em Moçâmedes, Namibe. Participação especial de Neru Americano. Às 19 horas. Ingressos a partir de 1.000 kwanzas.

“ O artista contemporâneo é obrigado, para sobreviver, a inventar e reinventar o seu quotidiano, provocando rupturas numa conjectura que tudo globaliza, rastreia, monitora e influência o gosto das pessoas. ”

JERÓNIMO BELO, O ‘SENHOR JAZZ’

Andamos sempre a comer gato por lebre

JAZZ. Apaixonado pelo jazz, o reconhecido impulsionador do estilo em Angola fala ao Valor sobre os seus favoritos e de como o país “ainda é um deserto”. Conta como a política e a poesia o levaram ao jazz e versa as ligações históricas com a escravatura e o racismo.

Por Amélia Santos

Como surge a paixão pelo jazz?

Quando estava a passar dos calções para as primeiras blue jeans, compradas nas lojas de roupa usada (fardex americano, como lhe chamávamos), e lavadas na praia para ficarem com um aspecto mais usado, mais antigo, como era moda nos anos 60. Mas, como todas as paixões, surgiu inexplicavelmente.

Em entrevista, disse que chegou ao jazz pela poesia e pela política, e não pela música. Pode explicar melhor?

O jazz é a arte que melhor expressou o génio e os tumultos sociais do século XX. E também porque tem vindo a evoluir no sentido da obra aberta, através de uma vanguarda que se une ao projecto de todas as artes. E ainda porque na génese e surgimento desta música que se chama jazz existem dois fenómenos da maior importância, diria mesmo incontornáveis: a escravatura e o racismo. Entre os séculos XVI e XIX, cerca de doze milhões de africanos foram forçados a ‘viajar’ para o chamado “Novo Mundo”, para as Américas. E a África ocidental era deste modo sangrada do seu potencial humano. Estou pessoalmente convencido que ainda hoje há feridas por cicatrizar. Foi sobretudo por estes motivos que me apaixonei pela História do jazz e mantenho uma relação afectiva que dura há mais de meio século. É curioso reconhecer que não cheguei ao jazz via música. Fui bastante marcado na adolescência pela poética de intelectuais militantes, oriundos da África ‘lusófona’ (Agostinho Neto, Viriato da Cruz, Mário de Andrade, António Jacinto, Noémia de Sousa, Francisco José Tenreiro, entre outros),

que, sobretudo a partir da segunda metade do século passado, representavam uma referência activa e activista e assumiam o papel de polarizador de energia de um grupo.

Os intelectuais-poetas e nacionalistas que citei utilizam como referência valores do chamado ‘mundo negro’, restabelecendo elementos comuns de ligação fraterna entre todos os oprimidos, alimentando as mesmas esperanças, catapultando os companheiros de infortúnio. A relativa frequência de poemas alusivos à escravatura e aos blues resulta, naturalmente, das axiais que estão na origem do próprio jazz, identificadas anteriormente, a escravatura e o racismo.

E disse que o jazz é música que incomoda, que põe em dúvida certezas e confortos estéticos. O que quis dizer?

Claramente! O jazz fez em 50 anos o mesmo trajecto que a música erudita em três (3) séculos! O artista contemporâneo é obrigado, para sobreviver, a inventar e reinventar o seu quotidiano, provocando rupturas numa conjectura que tudo globaliza, rastreia, monitora e influência o gosto das pessoas. O jazz é uma música de gente inconformada, que resiste. Concluo o meu pensamento com uma frase já célebre do saxofonista americano Archie Shepp: “O jazz é a flor que, apesar de tudo, desabrocha no pantanal”.

Como vê o jazz hoje em Angola?

Muito preocupante. Deprimente. Triste. Há um jovem pianista meu amigo que está desesperado à procura de um baterista que consiga as subtilidades rítmicas do jazz. E não encontra. E os que aparecem querem cachets que nem o Sinatra cobrava... Em Cuba, por exemplo, apesar de todos os bloqueios injustos e in-



Manuel Tomás © VE

narráveis dos ‘camones’, os jovens aprendem música e jazz em escolas dignas desse nome. Entre nós é o deserto. E como tudo é ‘Afro Jazz’ andamos sempre a comer lebre por gato. Vou morrer com esta angústia. No entanto, a orquestra Kapossoca e a do Libolo vieram aliviar o meu sofrimento... e a permitir-me sonhar novamente. É bonito ver aquela miudagem a tocar.

O jazz já tem mercado no nosso país?

Nas actuais circunstâncias... ainda não.

O jazz pode ser considerado um estilo da elite? Porquê?

Ai dos países que não tenham elites; na arte, na ciência, na cultura, no desporto, etc. Elitismo é que é injusto e, por vezes, cruel. O jazz é uma música de músicos, de criadores; ligada a um enormíssimo virtuo-

sismo e a uma sensibilidade única. Não é uma música falsamente popular, que aliena o gosto e destrói o sentido crítico.

O jazz em Angola tem características próprias?

Não sei se poderemos afirmar, com rigor, a existência de um jazz com ‘sabor angolano’. Como sabemos, o jazz nasceu na América e hoje existem extensões criativas e originais na Europa, Brasil, Cuba, África do Sul, Japão, etc. Infelizmente ainda não encontro esta especificidade local, como por exemplo no fenómeno ‘Afro-cubanismo’, quando Mário Bauzá, Machito e Chano Pozo, músicos cubanos, em parceria com o trompetista americano Dizzy Gillespie criaram um som enérgico e completamente novo, revolucionário. Considero que a História do jazz é inalienável da História da música

cubana. E algo idêntico aconteceu com a chamada “Bossa Jazz”. Talvez o Nino Jazz, o João Oliveira- ambos pianistas, o Hélio Cruz, baterista, possam, com muito trabalho e esforço, apontar novos caminhos para a música improvisada angolana. Esta é uma grande esperança que alimento.

Que angolanos há no jazz à altura de se afirmarem internacionalmente?

Muito provavelmente o Nino Jazz, o João Oliveira, o Hélio Cruz, o cantor-guitarrista Derito. E o guitarrista e multi-instrumentista Simmons Masini, e mais alguns...poucos.

Quais são as suas grandes referências mundiais?

Adoro pianistas. Tenho quase tudo do Bill Evans e do Thelonious Monk, do Keith Jarrett e do Chick Corea. O contrabaixista Charles Mingus é outra das minhas paixões. Mas há mais: Miles Davis: trompetista, bandleader, pintor. Uma “mega star”. Herbie Hancock, Ellington, Parker, Wynton e o seu irmão Branford Marsalis. A lista é enormíssima. E não resisto a uma bela voz: Billie, Sarah, Ella, Carmen McRae, Betty Carter. Não me posso queixar!

O que significou fazer parte da Delegação da União Europeia?

Uma experiência profissional rica e estimulante, que permitiu, por um lado, conhecer melhor o país, acompanhando os diversos projectos de emergência e de apoio ao desenvolvimento e, por outro, para dar a conhecer aos meus conterrâneos a realidade europeia, nas suas mais variadas vertentes. Fui o Adido Cultural e de Imprensa e criei o Centro de Documentação da Delegação - tarefas que cumpro com muito, muito gosto, durante 13 anos.

Sente-se a referência do jazz?

Não tenho este pretensiosismo! Sou uma pessoa que ama profundamente o jazz, para quem o jazz continua a ser quase tudo na vida, um actor social entre outros. E isto resolve o meu caso pessoal. Sei estar à sombra e estou bem onde e como estou com os meus discos, livros e o meu jazz cerebral. E as minhas circunstâncias.

NÚMEROS DA SEMANA

800

Metros de altura: nível de água que atingiu a albufera da barragem hidroeléctrica de Laíca, facto que permitirá, nos próximos dias, a realização dos ensaios da primeira turbina, que pode gerar 334 megawatts.

54

Anos: esperança de vida para as mulheres em Angola, de acordo com o PNUD, contrariando os dados do Censo, realizado pelo INE, que aponta 60 anos para as mulheres.

200

Toneladas de Tilápia (cacuço) são produzidas anualmente, no município da Cela, província do Kwanza-Sul, por três empresas que operam na região.

24

Milhões de dólares: valor que a fábrica Nampak Bevcan Angola necessita para a conversão da linha de produção de aço para alumínio, tendo as exigências do mercado, informou a empresa.

122,3 MILHÕES NEGATIVOS EM 2017

BPI regista prejuízo com redução das acções no BFA

A redução da exposição do Banco Português de Investimento (BPI) em Angola, nas operações do Banco de Fomento Angola (BFA), já começou a produzir efeitos, com a instituição portuguesa a perder 122,3 milhões de euros, no primeiro trimestre deste ano, face aos lucros de 45,8 milhões arrecadados em igual período do ano anterior.

Uma nota da entidade que acompanha os resultados do primeiro

trimestre do banco explica que “o impacto da venda da participação de dois para 49,1% e a onsequente perda de controlo da instituição foi negativo em 212,3 milhões de euros, sendo que sem esse impacto o BPI teria apresentado um resultado positivo de 90 milhões de euros”.

A venda da participação, tornada obrigatória por parte do Banco Central Europeu, “fez com que o BFA deixasse de ser consolidado nas contas

do BPI, passando a ser reconhecido apenas pelo método da equivalência patrimonial.” A operação de venda da participação de 2% à Unitel foi a moeda de troca para que a empresária Isabel dos Santos aceitasse vender a participação de 18,576% que a Santoro detinha na instituição, que tinha sido adquirida quando o banco brasileiro Itaú saiu do capital do BPI.

Actualmente, as operações do BFA, em Luanda, são controladas pela Unitel, de Isabel dos Santos, sendo que, em Lisboa, são os espanhóis do CaixaBank que controlam as operações do BPI, banco cujo lucro dependia em grandes volumes das operações realizadas em Angola.

Em Luanda, aguarda-se a divulgação do relatório de balanço das operações do BFA, após compra dos 2% das participações do BPI no banco angolano, até agora o maior tomador da dívida pública do Estado, na Bolsa de Dívida e Valores de Angola.



RIQUEZA DE 75 MIL MILHÕES USD

Angola é o sexto mais rico de África

Angola é o sexto país africano onde há mais riqueza ‘per capita’, com 3.600 dólares por habitante, ao passo que Moçambique é o 16.º, com 800 dólares, numa lista liderada pelas Ilhas Maurícias, com 25.700 dólares, indica o mais recente relatório da consultora New World Wealth, divulgado a semana passada.

“Em Angola, olhando para o país como um todo, há riqueza no valor de 75 mil milhões de dólares, tornando-o sexto país africano, bem acima de Moçambique, que está em

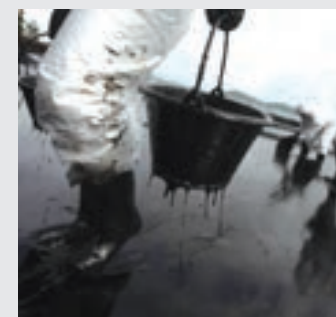
16.º lugar, com 19 mil milhões de dólares”, refere o relatório.

O documento, que baseia o valor na riqueza no país em função do número de habitantes, refere ainda que o valor dos africanos mais ricos é cerca de 10 vezes menor que na Suíça e Austrália, onde cada habitante tem, em média, mais de 200 mil dólares.

A análise da New World Wealth deste ano olha também para o número de milionários em cada país, constatando-se que existem

6.100 milionários com activos superior a 1 milhão de dólares, e 320 multimilionários, ou seja, com uma riqueza pessoal superior a 10 milhões de dólares.

Em Moçambique, há 1.100 milionários e 50 pessoas com activos superiores a 10 milhões de dólares, refere ainda o relatório, destacando ainda que nos últimos 10 anos o número de milionários subiu 82% em Angola e 37% em Moçambique, os únicos dois países lusófonos citados no documento.



EM 50%

Sonangol diminui derrames

A Sonangol registou uma redução de 50% do número de derrames, no período 2015-2016, devido ao aumento da cultura de segurança laboral, na empresa, informou o administrador para a área de operações, Edson dos Santos.

“O nível de segurança é bastante positivo e nota-se melhorias a nível de fatalidades. Mas, mesmo assim, não estamos satisfeitos e pretendemos alcançar o acidente zero”, sublinhou.

O responsável falava, na passada sexta-feira, à imprensa, à margem de um workshop sobre “O desafio do acidente zero na indústria petrolífera”, promovido pela Sonangol, no âmbito do Dia Mundial da Segurança e Saúde no Trabalho, assinalado a 28 de Abril.

Edson dos Santos assinalou também que houve uma significativa diminuição dos índices de fatalidades originadas por acidentes de trabalho, de 11, em 2015, para cinco, em 2016.

O VALOR ESTA SEMANA

TAXA DO LIXO

ENDE cobra no Kilamba

A Empresa Nacional de Distribuição de Electricidade (ENDE) arrancou com a cobrança da taxa de lixo na centralidade do Kilamba, estando, desde a semana passada, a emitir facturas de electricidade juntamente com a referida taxa. A medida está a ser alvo de protestos por estar a exigir o pagamento de um acumulado de três meses de dívida. **Pág. 18**

PETRÓLEO

Receitas caem 9%

O total das receitas da produção nacional de diamantes deverá reduzir este ano 9% para 980,4 milhões de dólares, contra os 1.079 milhões registados no ano passado, revela um relatório do Ministério de Geologia e Minas, anunciando que o resultado deverá ser motivado pela redução de 4,8% na produção industrial. **Pág. 4**



SALÁRIO MÍNIMO

Sindicatos querem 40%

As duas principais forças sindicais do país, a UNTA-Confederação Sindical e a SGSILA, consideram ‘insignificativo’ o aumento de 13%, anunciado para o salário mínimo nacional. Face a actual situação económica, os sindicalistas, que hoje comemoram o dia do trabalhador, reclamam um aumento de 40%. **Pág. 6**